Volume XV | N.º 1 Ano 2026

eling UP

Revista Eletrónica de Linguística dos Estudantes da Universidade do Porto

A Students e-journal of Linguistics from University of Porto

U.PORTO
FLUP FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DO PORTO

clup Centro de Linguística da Universidade do Porto

fct Fundação para a Ciência e a Tecnologia

Diretor:
Vanessa Anachoreta

Editores:
Ana Luísa Fernandes
Ana Margarida Bernardo
Cecília Ortiz
Cláudia Couto
Francisco Rodrigues
Mariana Pinto
Sofia Pinho-Silva

Secretariado Editorial:
Aoran Yang
Beatriz Guedes
Beatriz Mendes
Braima Bacari Djassi
Carolina Fernandes
David Gomes
Diana Costa
Dinis Carqueijó
Fernando Santos
Francisca Zagalo
Gabriel Santos
Gabriela Bessa
Gustavo Medeiros
Inês Lourenço
Jorge Carvalho
Margarida Carneiro
Ng Man Wa
Raquel Moreira
Tiago Azevedo
Tomás Moreira
Vítor Zardo

Comissão Científica:
Alexandra Guedes Pinto
Ana Maria Brito
Ângela Carvalho
Celda Morgado
Clara Amorim
Clara Barros
Elena Zagar Galvão
Fátima Oliveira
Fátima Silva
Idalina Ferreira
Inês Oliveira
Isabel Margarida Duarte
Joana Guimarães
João Veloso
Luís Filipe Cunha
Maria da Graça Pinto
Rogélio Ponce de León Romeo
Rui Sousa Silva
Sónia Valente Rodrigues
Thomas Hüsgen

FICHA TÉCNICA

eling^{UP}
Revista Eletrónica de Linguística dos Estudantes da Universidade do Porto
A students' e-journal of Linguistics from University of Porto

https://ojs.letras.up.pt/index.php/elingUP/

Vol. 15 | N.º 1 | 2026

Periodicidade: Bianual

Logótipo e Capa por: Teresa Ribeiro

Os artigos publicados estão sujeitos a avaliação.

A Revista está registada na OJS, Bielefeld, Latindex e Worldcat OCLC e está indexada na base de dados Communication Source.

ISSN 1647-4058

DOI: https://doi.org/10.21747/1647-4058/eling15_1

Esta publicação é financiada por fundos nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UID/00022/2025. DOI: https://doi.org/10.54499/UID/00022/2025

ÍNDICE

Nota Editorial **05**

Entrevista à Professora Doutora Françoise Bacquelaine **06**

Artigos

Possível proposta metodológica de análise documental para a Historiografia Linguística **26**
Rayssa Raquel Marinho

La Incidencia de la Identidad de Género en la Morfología Apreciativa Aumentativa en el Español Uruguayo **38**
Belén González López

Recensão crítica

Haegeman, L. (1994). Introduction to Government and Binding Theory (2nd ed). Blackwell. **62**
Francisco Manta Rodrigues

Nota Editorial

A equipe editorial da Revista Eletrónica de Linguística dos Estudantes da Universidade do Porto (*eling*^{UP}) anuncia a publicação do 1.º número de 2026, que reúne uma entrevista com uma especialista na área de Tradução e três trabalhos sobre diferentes áreas da Linguística.

A entrevistada deste número é a Professora Doutora Françoise Bacquelaine, Professora Auxiliar aposentada da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. A equipa editorial agradece à Senhora Professora a disponibilidade para esta conversa, que permitiu uma enriquecedora partilha de conhecimentos, experiências e reflexões sobre diferentes áreas de investigação, como a Linguística, a Tradução e o Ensino.

O artigo "Possível proposta metodológica de análise documental para a Historiografia Linguística" de Rayssa Raquel Marinho, estudante de Doutoramento em Língua Portuguesa e Linguística na Universidade Estadual do Rio de Janeiro, faz uma revisão histórica a respeito de diferentes eixos de análise – como a camada teórica, camada documental, camada técnica e camada contextual – da historiografia linguística.

Já o artigo "La Incidencia de la Identidad de Género en la Morfología Apreciativa Aumentativa en el Español Uruguayo" de Belén González López, estudante de Licenciatura em Linguística na Universidade da República do Uruguai, estuda a relação entre o uso do aumentativo apreciativo no espanhol uruguaio e a variável social de identidade de gênero.

Por último, a recensão crítica "Haegeman, L. (1994). *Introduction to Government and Binding Theory* (2nd ed). Blackwell." de Francisco Manta Rodrigues, estudante de Licenciatura em Ciências da Linguagem na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, aborda a segunda edição da obra de Liliane Haegeman, que apresenta os aspectos centrais da Teoria da Regência e Ligação (TRL) na investigação em sintaxe generativa.

Aproveitamos para reforçar o nosso agradecimento a todos os autores que submetem seus trabalhos para publicação na Revista *eling*^{UP}, aos avaliadores, que garantem o funcionamento do projeto com suas avaliações e sugestões de melhoria para os textos, e a toda a equipe, que trabalha empenhadamente para garantir a qualidade e a publicação dos números semestrais.

Vanessa Anachoreta

Entrevista à Professora Doutora Françoise Bacquelaine



A Professora Doutora Françoise Bacquelaine foi Professora Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP) e investigadora do Centro de Linguística da Universidade do Porto (CLUP). Licenciou-se em Filologia Germânica pela Université de Liège, na Bélgica, tendo posteriormente realizado o Mestrado em Terminologia e Tradução e o Doutoramento em Ciências da Linguagem na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. A sua tese de doutoramento, defendida em 2020, intitulada Traduction humaine et traduction automatique du quantificateur universel portugais «cada» en français et en anglais. Étude de

phraséologie comparée, incidiu sobre as relações entre tradução humana e tradução automática, a partir do estudo contrastivo da quantificação universal em português, francês e inglês.

A sua investigação, assente sobretudo na análise de corpora, tem-se desenvolvido em torno da Tradução humana e automática, da Terminologia, da Fraseologia e da Semântica, com particular atenção aos quantificadores universais e às relações entre o português e o francês. Entre os seus trabalhos encontram-se estudos sobre marcadores discursivos, unidades polilexicais, terminologia especializada e os desafios colocados pela tradução automática, incluindo a tradução de estruturas ambíguas e de unidades fraseológicas.

No âmbito da sua atividade docente, lecionou tradução geral e especializada entre o francês e o português, Linguística Francesa e utilização de corpora em investigação científica, tanto ao nível da licenciatura como do mestrado e doutoramento. É ainda autora de diversos artigos científicos, coeditora de obras e tradutora e revisora linguística de livros e artigos científicos. Desde 2016, é responsável pela versão francesa da enciclopédia digital Ulyssei@s, do Instituto de Literatura Comparada Margarida Losa.

A entrevista à Professora Doutora Françoise Bacquelaine foi conduzida por Cláudia Couto, Margarida Carneiro e Tiago Azevedo, tendo sido preparada por Beatriz Guedes, Cláudia Couto, David Garcia, Fernando Santos, Margarida Carneiro, Maria João Sá, Tiago Azevedo e Tomás Moreira, e, posteriormente, transcrita por estes e editada e revista por Cláudia Couto. A Equipa Editorial agradece profundamente à Senhora Professora a disponibilidade e generosidade demonstradas ao longo desta conversa, que permitiu uma enriquecedora partilha de conhecimentos, experiências e reflexões sobre a Linguística, a Tradução e o Ensino.

Antes de mais queríamos agradecer à Senhora Professora pelo facto de ter aceitado o nosso convite. Temos um grande prazer e um grande entusiasmo em partilhar este momento com a Senhora Professora especialmente tendo em conta a relação que mantém com a linguística e com o CLUP. A nossa primeira pergunta é a seguinte: Sabemos que para o seu doutoramento "Traduction humaine et traduction automatique du quantificateur universel portugais cada en français et en anglais. Étude de phraséologie comparée", a senhora professora estudou o quantificador universal português "cada". Deste modo, gostaríamos de saber o que a motivou e quais foram os principais desafios que encontrou na realização deste trabalho.

Bem, primeiro a motivação foi o seminário de semântica, que foi o primeiro seminário que eu fiz no Doutoramento, e, naturalmente, o meu interesse pela tradução. O meu trabalho de semântica centrou-se nos três quantificadores universais em português e em francês: *cada* - *chaque*, *todos os* - *tous les*, e *todo o* - *tout*, como em "todo o homem é mortal" - "tout homme est mortel". Este último não deve ser confundido com o quantificador mereológico, muito parecido em português ("comi o bolo todo" ou "comi todo o bolo"), mas diferente em francês ("j'ai mangé tout le gâteau"). O quantificador universal refere-se a uma pluralidade de ocorrências enquanto o quantificador mereológico se refere a uma unidade singular numa relação entre o todo e as partes.

Portanto, o que suscitou o meu interesse pelo quantificador *cada* foi esta pesquisa sobre os quantificadores universais no *CETEMPúblico* e em *corpora* comparáveis português-francês que tinha criado no Corpógrafo para estudos anteriores no âmbito do Mestrado em Terminologia e Tradução: um *corpus* de artigos de imprensa sobre a guerra no Iraque para estudar eufemismos na unidade curricular de Teoria da Tradução e um corpus de textos técnicos e científicos sobre a terminologia da tecnologia Bluetooth para a dissertação de mestrado. Verificou-se que, seja qual for o *corpus*, o quantificador *cada* é muito mais frequente que os outros quantificadores universais portugueses e que *chaque* em francês. Alguns colegas do grupo de Semântica ficaram muito admirados, porque eles achavam que *chaque* era mais frequente que *cada*. Foi aí que eu me interessei mais pelo *cada*. Descobri que esta frequência extraordinária se explica em parte por quatro estruturas que não podem ser traduzidas para o francês com *chaque* nem para o inglês com *each*. Achei isso interessante, e foi assim que passei da terminologia no mestrado para a fraseologia no doutoramento.

A investigação centrou-se então nestas quatro estruturas. A primeira é a mais frequente em todos os *corpora* e expressa a progressão através de *cada vez* seguido de um comparativo: "cada vez mais", "cada vez menos", "cada vez melhor", "cada vez pior", "cada vez maior", "cada vez menor". À segunda estrutura do tipo "uma quantidade *de cada vez*" chamei de "conta-gotas". O *CETEMPúblico* fornece um exemplo esclarecedor: "Só podem ir sete de cada vez, a carrinha não dá para mais". Esta deu mais trabalho, porque as estruturas *cada vez que* ou *de cada vez que* são muito frequentes, portanto, um dos desafios foi identificar este uso de "*de cada vez*" para expressar o conta-gotas. Portanto, este foi o primeiro desafio. Depois existem

dois tipos de proporção expressos através de *cada* seguido de um numeral cardinal: a proporção entre um conjunto e um subconjunto, como, por exemplo, "Um em cada quatro portugueses votou no Chega", ou então a proporção entre dois conjuntos: "Naquela escola há um computador por cada dez alunos".

O segundo desafio foi encontrar um volume suficiente de traduções humanas destas quatro estruturas, sabendo que a progressão é muito mais frequente que o conta-gotas e os dois tipos de progressão. Para isso explorei *corpora* paralelos em português, francês e inglês (*European Medicine Agency* e um romance de Amélie Nothomb, "*Stupeur et tremblements*") assim como os *corpora* comparáveis que já tinha no *Corpógrafo*, sobre a tecnologia Bluetooth nas três línguas em estudo e sobre a Guerra do Iraque, só em francês e em português. Consegui assim estabelecer um modelo de tradução humana para verificar até que ponto a máquina era capaz de traduzir unidades de construção pré-formadas que devem ser traduzidas em bloco e não palavra por palavra.

Naquela altura, os sistemas de tradução automática estatística traduziam bem *cada vez mais*, a estrutura com o comparativo mais frequente. No entanto, com os outros comparativos e as outras estruturas era mais complicado. No caso de "uma quantidade *de cada vez*", também havia muita confusão por causa da ambiguidade com a estrutura *de cada vez que*, que expressa a iteração. Hoje em dia, os sistemas de tradução automática neuronal são muito melhores, mas a ambiguidade continua a ser um obstáculo tanto para a máquina como para o tradutor humano.

Iniciei o doutoramento em 2010 e a tradução automática neuronal gratuita apareceu em 2015, no ano em que deveria submeter a tese. Eu acabei por ter também problemas pessoais naquele ano, portanto decidi continuar a tese, senão ficaria logo desatualizada. Por isso, a evolução da tradução automática tornou-se, também, um dos desafios principais. Já tinha um modelo válido de tradução humana elaborado a partir dos *corpora* paralelos e comparáveis, mas tinha de obter dados de tradução automática atualizados, pelo que o principal desafio no final foi ter de recolher todos estes dados no início de agosto e terminar a análise em setembro para submeter a tese no dia 30 de setembro. Não dormi durante dois meses, nem sequer tinha sono.

Outro desafio foi o facto de ser trabalhadora-estudante. E, ainda por cima, entre 2005 e 2008, os contratos dos leitores de francês deixaram de ser renovados, menos dois: o meu e o de

outra colega. Assim, em vez de dar doze horas de aula por semana, eu dava vinte e também tinha muitos estudantes. Por isso, havia pouco tempo para dedicar à tese durante o ano letivo.

Resumindo, a motivação decorre da frequência excecional do quantificador universal *cada* em português e da minha paixão pela tradução, enquanto os desafios foram de ordem linguística, tecnológica, pessoal e profissional.

Uma das suas comunicações na conferência CLUP'23 abordou o "portuglês" nos relatórios de estudantes. Considera que esta crescente influência do inglês é um fenómeno natural ou uma perda da identidade linguística que os falantes devem, de certo modo, combater?

Acho que são as duas coisas. A crescente influência do inglês é um fenómeno natural no mundo globalizado, não vale a pena negar isso. Desde sempre, as línguas vivas têm recorrido a empréstimos para designar novas realidades, novos conceitos, é perfeitamente natural. Por exemplo, em português, a palavra *chá* vem do chinês, a palavra chegou com o produto. É um processo natural de enriquecimento das línguas vivas, mas acho que o inglês está cada vez mais presente no português, e, às vezes, de forma desnecessária.

Portanto é natural, as ciências evoluem em inglês, os termos ingleses designam conceitos novos e podem ser emprestados, é a solução mais simples. Mas também podem ser "aportuguesados", através de neologia de sentido de uma palavra ou de um termo existente na língua portuguesa, ou pode-se criar um termo novo como *portuglês*. E a minha dissertação de mestrado foi um pouco neste sentido. Até o professor Nuno Almeida da Faculdade de Engenharia que me ajudou com a tecnologia Bluetooth e fazia parte do júri, disse que a minha dissertação parecia um manifesto em defesa da língua portuguesa. Devo também referir aqui o professor Manuel Célio Conceição, da Universidade do Algarve, porque ele disse que os empréstimos, muitas vezes, são opacos, os estudantes não percebem o seu sentido, apesar de os usarem. A solução encontra-se nas reformulações na língua de ensino. Então, eu fui assistir a uma aula do professor Nuno Almeida na Faculdade de Engenharia. Ele deixou-me gravar a aula sobre a tecnologia Bluetooth durante a qual ele explicava em português o conceito designado por cada termo inglês. A partir destas explicações ou reformulações, submeti algumas sugestões

de termos portugueses para designar conceitos desta tecnologia, e o professor validou-as na sua maioria.

Vou dar alguns exemplos do dia-a-dia. Ninguém vai usar a palavra *mouse* para falar do rato do computador, este calque já é natural. Há, no entanto, atualmente uma concorrência entre os neologismos de sentido *influenciador* e *influencer*, um empréstimo que acho desnecessário. Às vezes parece que as pessoas usam palavras inglesas porque fica bem, um pouco por snobismo. Por outro lado, o termo português *correio eletrónico* não tem qualquer hipótese face ao empréstimo *e-mail*, que é muito mais curto. De facto, o comprimento das palavras portuguesas em comparação com as palavras inglesas é uma das razões pelas quais os termos portugueses transparentes não se conseguem impor face aos empréstimos opacos mais curtos. Mas também existem contraexemplos, relativamente raros porque, de uma forma geral, as palavras inglesas são bastante curtas: o termo inglês *management* não chegou a substituir *gestão*, porque g*estão* é mais curto que *management*.

Portanto, a anglicização do português não é generalizada, é um processo natural. É um dos fatores de enriquecimento do vocabulário e da terminologia da língua portuguesa. Estou completamente de acordo. No entanto, outros fenómenos neológicos sob a influência do inglês parecem, como já disse, desnecessários, e podem até ser considerados erros de português. Por exemplo, a neologia de sentido de palavras como *consistência*, usada com o sentido inglês em vez de *coerência*. Normalmente, a consistência tem a ver com algo mais concreto, que se vê ou se sente com o toque, enquanto a coerência tem a ver, por exemplo, com a coerência textual, a forma de uniformizar terminologia, etc. Mas este significado novo já está registado no dicionário. Depois também o que me choca mais talvez seja o advérbio *eventualmente* em vez de *finalmente*. Estes são só dois exemplos de neologia de sentido: portanto uma palavra portuguesa existente adquire desnecessariamente um sentido inglês, tornando-se polissémica e podendo chegar a substituir outra palavra portuguesa existente. Não sei se será porque os alunos, autores dos relatórios, lêem mais inglês e estão a utilizar mais o inglês do que a própria língua materna, e estarão a fazer interferências com a língua estrangeira... Portanto, isso é para mim mais grave do que os empréstimos lexicais e terminológicos necessários ou justificados.

Depois há os calques sintáticos. Nós temos exemplos como “fui atribuída uma tarefa”, “fui garantida a possibilidade de realizar...”. O que foi atribuído foi a tarefa, não fui eu, e o

mesmo vale para a possibilidade. Assim, isto é, para mim, mais grave, mas, se calhar, o português vai evoluir. Eu não sei se vai ser uma evolução natural, é capaz, mas, para já, acho um pouco chocante. Depois há o uso das preposições. Por exemplo, "relacionar a" em vez de "relacionar com", ou a posição, dos adjetivos e dos advérbios, como, por exemplo "a recentemente fundada empresa". Em inglês, é normal, mas em português já não se pode usar esta estrutura.

Se o artigo for publicado, encontrarão lá muitos exemplos. Não sei se tudo é natural, acredito que há uma parte que seja, e é boa, é positiva, enriquece a língua portuguesa. Mas depois há outra pior e eu acho que as pessoas têm de defender um pouco as suas línguas.

Recentemente, a senhora professora publicou, com a professora Elena Galvão, um artigo nos Cadernos de Tradução em que se debruçam sobre os dados recolhidos após um projeto de tradução da base de dados Ulyssei@s do Instituto de Literatura Comparada Margarida Losa. Referem nesse artigo que este trabalho permitiu trabalhar com ferramentas de Tradução Automática Neuronal (NMT) e que esta atingiu níveis notáveis de fluidez, ainda que, enfatizando que a precisão e a adequação contextual dependem crucialmente da intervenção humana. Contudo, assistimos a uma evolução constante da IA que promete mitigar progressivamente esses erros técnicos. Quais considera serem os maiores benefícios práticos desta e que cuidados são indispensáveis para assegurar a qualidade do texto final?

O projeto de tradução da enciclopédia digital Ulyssei@s nunca vai acabar. Ainda tenho algumas propostas de tradução por rever e os investigadores do ILCML continuam a publicar verbetes que me comprometi a traduzir.

Voltando para a sua pergunta sobre a tradução automática. É preciso lembrar que a máquina calcula a solução de tradução mais provável de acordo com os seus dados, que são inevitavelmente limitados. A máquina não percebe nada, não tem conhecimento do mundo, não tem experiência de vida e, naturalmente, não tem espírito crítico. Ela limita-se a propor a solução mais provável de acordo com os seus dados limitados, enquanto as possibilidades da linguagem humana são infinitas. Portanto, estão a ver o problema?

Eu acho que nunca vai dar tudo certo, é impossível. Os resultados são tanto melhores quanto os dados forem adequados ao domínio. Há resultados muito bons, já desde os anos 70 do século passado. Por exemplo, os boletins meteorológicos no Canadá são traduzidos automaticamente entre o francês e o inglês, desde os anos 70, com um sistema de tradução automática à base de regras. Quando o domínio é muito circunscrito e há dados suficientes, os resultados podem ser muito bons. Assim, hoje em dia, se uma pessoa ou uma empresa tiver muitas memórias de tradução num determinado domínio, pode treinar o próprio motor de tradução automática neuronal com os próprios dados de qualidade e isso vai dar resultados muito bons. Mas isto é pago e bem pago. Também a versão profissional do C*hatGPT* é paga, e não é barata. Eles dizem que garantem a confidencialidade, mas eu duvido. Isso é um dos problemas da inteligência artificial na área da tradução: a falta de proteção dos dados submetidos à máquina. Eu escrevi um artigo em francês com colegas portuguesas. Havia citações e exemplos em francês e em português. Para aliviar o meu trabalho enquanto falante nativa de francês, uma colega sugeriu que fizéssemos a revisão linguística com o *ChatGPT*. Disse-lhe que não fizesse isso, pois estaríamos a dar o nosso texto ao *ChatGPT,* e qualquer pessoa poderia ir lá buscá-lo e publicá-lo em nosso lugar. Isto são coisas que as pessoas nem sempre têm em mente.

Portanto, as ferramentas pagas e treinadas com dados específicos são muito boas, não digo o contrário, e são úteis na tradução, nomeadamente de textos técnicos. Já na tradução literária e científica, a máquina não consegue resolver casos de ambiguidade, ironia, humor, coerência terminológica, e também falha muitas vezes no que diz respeito à coesão e à coerência. Por exemplo, os pronomes. Se o antecedente ficar longe, já não o consegue identificar. Com o português, também surge o problema da omissão frequente dos pronomes, cujo uso é obrigatório em línguas como o francês ou o inglês. Em português, raramente se usam pronomes sujeitos, o tal "sujeito nulo", muitas vezes também não se usam pronomes objetos, e, aí, a máquina falha. Vai propor qualquer pronome mais frequente, o que, normalmente, é o masculino.

Agora, a meu ver, a qualidade do texto final depende sempre da intervenção humana. A literacia em tradução automática e inteligência artificial é fundamental. Os estudantes têm de saber como funciona a máquina, quais são as suas forças, as suas fraquezas, e também têm de

usar o seu espírito crítico para avaliar a qualidade do produto, ou melhor, da proposta da máquina. Eu falo em propostas, não falo em traduções automáticas, pois é uma proposta de tradução automática oferecida pela máquina. Depois, o ser humano é que tem de ver se vale a pena aproveitar ou não, porque, às vezes, nem vale a pena aproveitar, dependendo do género textual ou do grau de criatividade do autor em literatura. A proposta da máquina tem de ser adequada, não só a nível de equivalência semântica, mas também de adequação terminológica, adaptação ao público-alvo, e ao uso que vai ser feito do produto traduzido. Eu lembro-me de um exemplo dado pelo meu primeiro professor na área da tradução, o professor Daniel Gouadec: quando uma pessoa está a traduzir um manual de instruções para um mecânico que está na fossa da oficina, debaixo do carro, com as mãos completamente sujas, o tradutor tem de pensar no suporte mais adequado. O mecânico não vai pegar num livro e começar a ler o manual de instruções. Ele precisa de algo como um póster plastificado que ele vai pendurar na parede da fossa. Isto também é o papel do ser humano: perceber as necessidades do público-alvo, do uso que vai ser feito do produto traduzido e adaptar o suporte, ou seja o que for, ao uso previsto.

Portanto, o ser humano tem de confirmar tudo, tendo em conta o público-alvo, e quando sabe quais são as fraquezas da máquina, sabe muito bem onde vai ter de procurar, comparando sempre com o texto de partida por causa das famosas "alucinações" da máquina. Este processo chama-se a pós-edição, que pode ser mais complicada, mais demorada do que traduzir de raiz. Eu uso muito o *DeepL*, e, com o inglês, o alemão, o português e o francês, dá resultados bons e sugere alternativas. Depois, mais uma vez, a intervenção humana é necessária para selecionar o que é mais adequado, tem de pesquisar se for preciso e, quando se trata de terminologia, é sempre preciso confirmar. Recentemente, fiz uma revisão de uma tradução de inglês para francês, que até era da minha filha, na área da saúde, do cancro, e eu vi que ela tinha traduzido os termos em inglês para francês, eram calques. Eu fui confirmar e encontrei os termos comuns em francês num site do Governo francês, que não tinham nada a ver com os calques do inglês. Deixei comentários e referências dos sites. Ela agradeceu e validou as minhas propostas. Como ela redige sempre em inglês, não domina a terminologia em francês.

Em casos como este, para procurar os termos adequados, também é preciso saber pesquisar em textos comparáveis, já que em dicionários, muitas vezes, os termos não aparecem. Também quando são conceitos recentes, que acabaram de ser inventados, muitas vezes, é o

tradutor que propõe ou até cria um equivalente na língua de chegada. Isto também é uma forma de defender a sua língua materna face ao inglês omnipresente.

Em suma, a máquina é uma ferramenta ao serviço do ser humano, que deve ser consciente das suas vantagens, das suas forças, mas também dos seus limites e dos seus riscos. Repito: a tradução automática ou a revisão de artigos científicos ou outros textos confidenciais pela inteligência artificial é perigosa, não só porque a máquina não percebe, mas, também, pela falta de proteção de dados, uma vez que ela se apropria de todos os dados que lhe submetemos. Fica a dúvida com as versões pagas...

De acordo com uma pesquisa publicada pela Microsoft em julho de 2025, a carreira de tradutor ocupou o primeiro lugar da tabela com uma maior probabilidade de ser substituída por softwares de inteligência artificial. A senhora professora concorda com este vaticínio e que alternativas existem para a área da tradução se adaptar a este novo paradigma?

Eu fico muito assustada com a confiança cega dos leigos quanto à inteligência artificial e à tradução automática neuronal. É até uma confiança assustadora, e eu estou sempre de pé atrás. É verdade que houve progressos e que está muito melhor, mas não passa de uma ferramenta de apoio, e a profissão de tradutor tem evoluído, naturalmente, para acompanhar os progressos tecnológicos. Esta evolução começou pela pós-edição, a revisão de tradução automática e, agora, fala-se de uma maneira mais abrangente em serviços linguísticos. E serviços linguísticos há muitos. O atual mestrado em Tradução e Serviços Linguísticos chamava-se antigamente mestrado em Terminologia e Tradução. Esta nova designação reflete também esta evolução. E há uma diversidade de serviços que podem, aliás, que devem ser prestados por humanos, com ajuda das ferramentas, não digo que não. Eu também aproveito muito as ferramentas, mas sempre com um olhar crítico. Eu acho que o ser humano continua a ser fundamental na tradução de textos especializados. Mais uma vez, porque a máquina não percebe, nomeadamente em áreas científicas e na literatura. Na tradução técnica de manuais de instruções, já há muito tempo que se faz muita coisa com a máquina, seja com as memórias de tradução ou os sistemas de tradução automática estatística, com mais ou menos qualidade. Por exemplo, uma vez, comprei uma torradeira espanhola e, nas instruções em português, não se

podia colocar pão (*paño*) na torradeira. Portanto, isto é uma tradução automática que nem foi relida. Neste caso, não foi grave, mas para certos aparelhos, a falta de pós-edição pode ser muito perigosa ou até fatal.

Logo, o que os fornecedores de serviços linguísticos podem fazer, hoje em dia, é a tradução literária, a tradução de artigos científicos, enfim qualquer texto que requer a compreensão, a interpretação humana. Ou a legendagem interlinguística (porque a legendagem não é uma tradução de texto escrito). A legendagem interlinguística tem a ver com imagem, gestão do tempo, sendo necessário resumir muito, reformular, passar do código oral para o código escrito, atender às necessidades do público-alvo. Quanto à máquina, para já, só consegue transcrever o que é dito, sem respeitar os constrangimentos impostos pelo suporte e o público-alvo. Portanto, os seres humanos são necessários na legendagem interlinguística, na legendagem para surdos, tudo o que tem que ver com a acessibilidade. Por acaso, na semana passada, fui entrevistada sobre a audiodescrição para cegos e pessoas que vêem mal. Também me perguntaram o que eu achava do uso da inteligência artificial para escrever o *script*, etc. A meu ver, é uma ferramenta, pode ajudar, mas não se pode confiar no produto das máquinas. Portanto, a acessibilidade requer um ser humano, seja na legendagem para surdos ou na audiodescrição de filmes, de videojogos, de espetáculos, de museus. Também não se pode pedir à máquina a revisão de textos especializados, a localização de videojogos, que, tal como a literatura, requer muita criatividade, há os nomes das personagens, há todo o ambiente próprio.

Portanto, resumindo, a inteligência artificial é uma ferramenta ao serviço do humano, da inteligência humana.

Ao longo da sua formação académica, a Senhora Professora transitou por vários contextos linguísticos e culturais — Bélgica, França e Portugal. De que forma é que essa diversidade formativa moldou a sua abordagem aos estudos de tradução e fraseologia comparada? E de que forma é que a sua experiência comparativa entre línguas contribui para repensar práticas de ensino e formação de tradutores nos dias de hoje?

Eu agora já estou reformada, portanto, já não penso muito nisso, mas vou falar sobre a minha experiência passada. Sobre os meus estudos, iniciei a minha formação académica na

Bélgica francófona, com uma licenciatura de quatro anos em Filologia Germânica. Estudei inglês e alemão, e a maior parte das aulas eram ou em inglês ou em alemão. No primeiro ano de alemão, em literatura, eu tive o *Urfaust* em alemão, com as aulas em alemão e tudo. Portanto, era na Bélgica francófona, mas os estudos foram maioritariamente em inglês e alemão e, na altura, eu já queria estudar tradução, só que esta ainda não era ensinada na universidade. Era um curso superior e o meu pai insistiu que nós tivéssemos um curso universitário. Portanto, fui para a Filologia Germânica. Mas tínhamos uma dissertação de licenciatura, e eu fiz sobre terminologia do *crochet* e do *tricot* em alemão e em francês. Assim, em vez de fazer literatura, que era o esperado do estudante de Filologia Germânica, escolhi uma coisa completamente diferente, e de que eu gostava. Eu era perita, então eu tinha ali as explicações em alemão, fazia, e depois via se estava bem e se percebia. E eu adorei fazer isso. Dei assim os meus primeiros passos nos estudos contrastivos.

Depois, nos anos 90, disseram que havia já menos estudantes em francês, e eu achei importante fazer uma formação no ensino de francês como língua estrangeira, e encontrei um curso à distância em França. Fiz francês como língua estrangeira na Universidade Stendhal em Grenoble, e uma das componentes do curso era um relatório sobre a aprendizagem inicial de uma língua estrangeira completamente desconhecida, e eu tinha de observar tudo. Não era preciso estudar a língua, e não podia ser uma língua românica, não podia ser germânica, não podia ser o árabe, porque eu vivi dois anos em Marrocos. Foi assim que comecei a aprender o mandarim nos cursos livres da Associação de Estudantes da FLUP e continuei com o curso bianual de Sinologia na Universidade do Minho no final do século XX.

No início do século XXI, veio cá o professor Yves Gambier da Universidade de Turku, na Finlândia. Ele falou-me de uma formação em tradução à distância em Rennes, em França, com o professor Daniel Gouadec. Inscrevi-me e adorei a metodologia. Era *online*, ele enviava instruções e nós fazíamos tudo. O professor quase não intervinha, não corrigia os trabalhos e os colegas até nem estavam lá muito contentes. A formação incluía uma semana de formação em informática aplicada à tradução, e foi aí que aprendi a usar o motor de pesquisa *Google* para encontrar termos ou colocações, uma formação que eu adorei. Foi só um ano, mas foi muito bom.

Depois, inscrevi-me no Mestrado em Terminologia e Tradução. Como já referi, fiz a Dissertação sobre a Terminologia da Tecnologia *Bluetooth*, em inglês, francês e português, com a ajuda de um engenheiro. Em 2009, fui colocada no Doutoramento em Linguística, que agora é Ciências de Linguagem. Passei da Terminologia Comparada para a Fraseologia Comparada.

Entre o ensino à distância e presencial, experimentei diversas formas de estudo e de avaliação. Na Bélgica, a maior parte dos exames é oral, tínhamos exames escritos de literatura e gramática inglesa e alemã. Já na altura, os exames de gramática inglesa eram corrigidos pelo computador. De resto, era tudo oral. Mesmo os exames de gramática e literatura tinham uma componente escrita e uma componente oral. Portanto, é uma maneira diferente de avaliar, com certeza. Em França, tudo o que fiz à distância era escrito, e nós tínhamos trabalhos e exames escritos. E, aqui, em Portugal, o Mestrado e o Doutoramento consistiram em seminários, na investigação de um determinado tema seguida da apresentação oral na sala de aula e do trabalho escrito, tendo em conta os comentários. Não tinha propriamente exames nem testes.

No que toca às práticas de ensino na formação de tradutores, eu tentei aplicar a metodologia do Gouadec nas aulas, mas não funcionou nada, porque os estudantes queriam ser avaliados constantemente. No entanto, a aprendizagem de várias línguas estrangeiras e os meus estudos comparativos deram-me ferramentas para ensinar a língua e a linguística francesa, assim como a tradução geral e especializada entre francês e português. Eu tentei levar os estudantes a usar todos os recursos disponíveis para melhorar as suas competências de forma autónoma. Eu acho que o que falta às vezes é autonomia. Muitos estudantes estão à espera de receber e há pouca proatividade por parte de alguns. Não digo que seja geral, mas, alguns estudantes não sentem a necessidade de confirmar as suas escolhas ou as propostas da máquina. Não se dão ao trabalho de consultar gramáticas e dicionários, o que eu não compreendo, pois passo a vida, ainda hoje, a consultar essas ferramentas, se tiver uma dúvida. Entre os recursos, também há os textos comparáveis, porque, quando uma pessoa trabalha com várias línguas, os textos comparáveis são, muitas vezes, melhores do que as traduções.

Vou dar um exemplo da falta de dúvidas de alguns estudantes que aconteceu nas últimas aulas de tradução geral que dei. Os estudantes tinham de realizar um projeto individual de acordo com a metodologia trifásica ao longo do semestre, com a entrega de vários documentos antes da tradução propriamente dita. Uma estudante só me entregou a tradução, que achava

estar bem, mas era tradução automática. Disse-lhe que o que me interessava era o processo e não o produto traduzido. Dei-lhe zero e ela reprovou por falta de componente. Pedi-lhe para me entregar os documentos todos na época de recurso, mas não o fez. Ela não percebeu, achava que bastava traduzir e que a máquina já o fazia muito bem.

Bem, não respondi muito sobre os métodos de ensino. Experimentei muita coisa ao longo de várias décadas. Naturalmente, os estudos ajudaram, e tentei transmitir o meu entusiasmo pelas línguas, pela pesquisa.

A senhora professora já se reformou. No entanto, passou, com certeza, muitos anos no ensino. No contexto de sala de aula, onde é comum encontrarmos alunos com níveis de proficiência muito distintos, gerir estas discrepâncias, sem baixar o nível de exigência técnica, parece ser um dos maiores desafios pedagógicos. A seu ver, como é que se consegue equilibrar o rigor técnico que a tradução exige com a realidade de ter competências linguísticas tão heterogéneas na mesma sala de aula?

Eu sei que os meus colegas se queixam sempre da falta de homogeneidade nas turmas, mas eu nunca vi uma turma de línguas homogénea. Eles começam todos do nada, e passado três meses já há discrepâncias. Eu acho que tanto no caso da tradução, como no caso das línguas, a colaboração é fundamental. Cada um trabalha de acordo com as suas competências e estas são complementares. Colaborar melhora a qualidade do produto final. Aconteceu, várias vezes, ter estudantes portugueses com estudantes *Erasmus* francófonos nas aulas de tradução. Para mim, era maravilhoso, porque fazia grupos com lusófonos e francófonos, e, depois, cada um fazia o que sabia fazer melhor. Tinham de tratar da gestão do projeto, da pesquisa documental, lexical, fraseológica, terminológica, da tradução, da revisão, da formatação. Portanto, uma série de tarefas que requerem competências diferentes. O objetivo era mais habituá-los a trabalhar em equipa em vez de trabalhar em concorrência. Em Portugal, as notas têm muito peso, daí a concorrência, provavelmente. No entanto, os meus alunos trabalhavam bem em grupo ”misto”, e acho que é isso, tem de se aproveitar as diferenças, porque cada um tem as suas competências, não há ninguém que não tenha nenhuma. É uma riqueza e não um desafio. É preciso saber aproveitar esta oportunidade e motivar os estudantes a colaborar uns com os outros.

É verdade que a realidade do ensino e da aprendizagem se transformou profundamente nas últimas duas décadas, principalmente sob a influência do imediatismo digital e da utilização de Inteligência Artificial. Na perspetiva da Senhora Professora, qual é a maior diferença na forma como os alunos de hoje tratam a linguagem e a tradução e de que forma é que as mudanças refletiram no perfil e nas competências exigidas ao tradutor profissional?

Eu penso que a maior diferença na forma como os alunos tratam a linguagem é a submissão à influência do inglês. No início do século, quando comecei a ensinar a tradução, a tradução humana era predominante. Mas, a partir de meados dos anos 2010, quando surgiu a tradução automática neuronal, continuei a ensinar a metodologia trifásica, ou seja, a pré-tradução, a tradução e a pós-tradução. A própria fase da tradução também é subdividida em três fases: a pré-transferência, a transferência e a pós-transferência. A pré-tradução e a pós-tradução consistem em tarefas mais administrativas e comerciais do que propriamente linguísticas. Quem as realiza é o tradutor independente ou o chefe de projeto. A pré-transferência é a fase mais demorada. Trata-se de preparar a tradução propriamente dita. Envolve a interpretação do texto de partida, as pesquisas necessárias para o compreender e o traduzir. Faz parte da metodologia do Gouadec. Foi a única coisa que fizemos durante um ano, não traduzimos nada, só fizemos pesquisas, só no exame é que traduzimos realmente. Foi um exame de uma semana. Recebemos todas as tarefas de tradução na segunda-feira às oito da manhã e o prazo acabou na sexta-feira às oito da noite. Podíamos organizar o nosso trabalho como queríamos Nós estávamos sozinhas na sala, podíamos falar – ele até esperava isso – apesar de falarmos pouco, porque o tempo não era muito, mas uma semana era o suficiente. Tivemos um texto na área de medicina, e o meu pai era médico, e, por isso, eu fiz-lhe perguntas e depois dei as respostas a toda a gente. Havia outra rapariga cujo marido era engenheiro, e também tínhamos um texto na área de engenharia, e ela fez o mesmo. Acho que a tradução é isso, tem de ser uma colaboração de acordo com as competências de cada um, daí a importância de poder recorrer a especialistas quando se traduz numa área de especialidade. Quando tínhamos identificado, percebido e resolvido os problemas, cada uma fazia a sua tradução sem falar com as outras. De qualquer forma, nunca há duas traduções iguais, portanto não se pode copiar. Cada um tem de tomar as suas decisões.

Em meados dos anos 2000 comecei a introduzir a pós-edição nas aulas e estive num colóquio em Montreal, em 2024, onde os colegas também confirmaram que não se deve introduzir a pós-edição antes dos estudantes saberem traduzir, porque não se pode pós-editar sem se saber traduzir. E insisto: a metodologia trifásica continua muito importante na formação de tradutores profissionais porque a pré-transferência é uma fase crucial na interpretação do texto de partida e na mobilização de equivalentes de tradução adequados a cada projeto de tradução. É uma fase que só pode ser realizada por humanos. É verdade que os estudantes ficam um pouco desanimados, porque esta metodologia é muito exigente, nomeadamente na fase de pré-transferência. Se for bem feita, depois uma pessoa traduz rapidamente, mas depois ainda tem de fazer a revisão para garantir a qualidade do produto traduzido.

Portanto, o que quero sublinhar é a importância da metodologia trifásica e do papel do ser humano na produção de uma tradução de qualidade. Naturalmente, também depende do uso que será feito do produto traduzido. Às vezes, não se justifica tanto trabalho. Se for só uma pessoa a ler uma tradução ou se for uma comunicação interna, se calhar, para dez pessoas, não vale a pena estar a gastar tempo e dinheiro para fazer a revisão ou a pós-edição. Agora, se for para publicar, nem que seja na Internet, o produto traduzido tem de ser impecável. O que está em jogo é a imagem e a reputação de quem publica (editora, instituição, empresa...).

Em suma, tentei sensibilizar os estudantes para a diversidade de serviços linguísticos que ainda estão fora do alcance da máquina. Tudo o que implica compreensão, interpretação e criatividade, creio que a máquina nunca vá lá chegar. Numa cerimónia de aniversário da Universidade do Porto, estava um engenheiro, que relembrou que a inteligência artificial não tem nada que ver com a inteligência humana. Está a tentar imitar uma parte do cérebro, porque só utilizamos uma parte mínima do nosso cérebro, que tem possibilidades infinitas fora do alcance da máquina.

Quais foram os principais desafios que a Senhora professora observou na área da tradução ao longo dos anos enquanto profissional, tanto no ensino como na sua prática?

A tradução da enciclopédia digital Ulissei@s foi certamente o maior desafio que enfrentei nas aulas e na fase de revisão que ainda está em curso. Os desafios principais quando

se traduz do português para o francês são as frases longas em português, e, no caso da Ulissei@s, a terminologia literária, porque nem sempre é fácil encontrar o equivalente em francês. Os verbetes são constituídos por um texto escrito por um investigador do Instituto de Literatura Comparada sobre um artista e por excertos da obra deste. São maioritariamente escritores, mas também há pintores, cineastas. O que têm em comum é terem passado por Portugal e terem deixado vestígios dessa passagem na sua obra. Na parte escrita pelos investigadores, o desafio é o estilo, o comprimento das frases e a terminologia. Na parte literária, quando existe uma tradução oficial, é preciso encontrá-la, e nem sempre é fácil. É mais um desafio, porque não vamos estar a traduzir uma coisa que já tem uma tradução publicada. Quando não existe, é preciso traduzir, e a tradução literária não é nada fácil, nomeadamente os poemas, o humor, a ironia, as metáforas, digamos, os desvios em relação à norma. Sem falar da falta de contexto de alguns excertos. Tudo isso são desafios para o tradutor.

Também fiz tradução jurídica, outro desafio, talvez ainda maior do que a tradução literária, por causa dos sistemas jurídicos diferentes. No caso da tradução entre o francês e o português, tive de traduzir documentos de e para Suíça, Luxemburgo, Bélgica, França. Cada país tem o seu sistema jurídico, tem a sua terminologia própria, e é bastante complicado. Lembro-me do pior que tive de traduzir: uma folha de vencimento da Suíça, no âmbito de um processo do Tribunal de Família e Menores do Porto, em que um pai não pagava a pensão de alimentos. Recebi a folha de vencimento supostamente em francês, mas havia muitas siglas e acrónimos. Portanto, era preciso encontrar as formas extensas e os significados no sistema suíço e depois explicar em português a que se referia cada forma abreviada. Era muito complicado e levava muito tempo.

No caso dos países da União Europeia, era mais simples, porque tem muitos documentos paralelos ou comparáveis no *EUR-Lex* e muita terminologia na IATE (*Interactive Terminology for Europe*), a base de dados terminológica da União Europeia. Estes dois recursos ajudam imenso na tradução jurídica dentro da UE. Também tenho um dicionário de termos jurídicos franceses recomendado pelo Gouadec. É um investimento necessário já que a terminologia jurídica é muito complexa e tive a sorte de poder contar com juristas para me ajudar. Isso é algo também muito importante quando uma pessoa faz uma tradução numa área da especialidade. Com o *Bluetooth*, tive a ajuda do engenheiro, na tradução jurídica, também, recorri muitas vezes

a juristas, na tradução da medicina, era o meu pai. Acredito que é importante perceber que uma pessoa não pode traduzir sozinha.

No ensino, os principais desafios foram a falta de rigor de alguns alunos e, também, ultimamente, o seu desânimo face aos avanços da tradução automática e da inteligência artificial. O professor tem de motivar os estudantes demonstrando que a máquina não passa de uma ferramenta ao serviço do ser humano. A máquina não percebe nada, só calcula com base nos seus dados inevitavelmente limitados. A tradução especializada, a tradução multimédia, a acessibilidade, a garantia da qualidade do produto traduzido, continuam a precisar da intervenção humana com apoio nas tecnologias.

Enquanto investigadora, existe algum caminho de investigação ou algum tema que lhe interesse especialmente? E que temas é que ainda deseja ver explorados?

A pergunta é ambígua: os temas explorados por mim ou por outros? Vou começar com o que tenho feito nos últimos anos e os projetos futuros.

Tenho investigado na área do ensino de tradução na era da tradução automática neuronal e da inteligência artificial. Além do artigo sobre o projeto Ulyssei@s, também apresentei em Montreal uma comunicação sobre o ensino da pós-edição nas aulas de tradução. Mas agora tenho deixado um pouco o ensino da tradução, uma vez que já não ensino.

Toda a minha pesquisa baseia-se em *corpora* e na análise contrastiva português europeu-francês-inglês-alemão. Ultimamente tenho estudado marcadores discursivos franceses e portugueses com as professoras Fátima Silva e Fátima Oliveira, e alargámos a investigação ao alemão com o professor Thomas Hüsgen numa pesquisa sobre o marcador discursivo *de facto* e as suas traduções em francês e em alemão, que já foi apresentada em Innsbruck em setembro de 2026. Também estou a preparar, com a professora Joana Guimarães, uma comunicação a ser apresentada num colóquio sobre a tradução do humor e dos jogos de palavras em outubro de 2026. Escolhemos o último álbum *Astérix en Lusatanie* e a sua tradução para português. Estamos a centrar a pesquisa nos nomes dos personagens, que não são os nomes tradicionais, mas nomes novos. Em cada álbum do *Astérix* aparecem personagens novas, e são esses que tratamos. Outro aspeto de estudo é o humor induzido pelo "desvio" ou a "deturpação"

(*détournement* ou *défigement* em francês) de expressões fixas como o ditado "*os amigos dos meus amigos são os meus amigos*". No álbum do *Astérix*, aparece "*les ennemis de mes ennemis sont mes amis*" que foi traduzido por "*os inimigos dos meus inimigos são os meus amigos*". Esta tradução literal conserva o efeito humorístico. Mas há outro exemplo de tradução literal menos feliz. Pois existe em francês o ditado, "*Ce que femme veut, Dieu le veut*" (*O que a mulher quer, Deus quer*), que em português não existe. No álbum, o ditado foi alterado e truncado para "*Ce que Rome veut, ...*". Além do desvio, o leitor francófono tem acesso ao intertexto e completa a frase (*Dieu le veut*). Foi traduzido como "*O que Roma quer, ...*", o que resulta na perda do traço humorístico e do intertexto.

Ainda tenho dois estudos em curso, para apresentar no Congresso do CLUP em novembro de 2026. Um na área da fraseologia comparada com a professora Joana Guimarães. Trata-se no fundo de completar o modelo estabelecido no doutoramento com o alemão. Outro estudo situa-se na área da terminologia fictícia comparada (chinês, português europeu, francês, alemão e inglês) e está a ser desenvolvido com o professor Thomas Hüsgen e a nossa doutoranda chinesa Wang Jianan.

Finalmente, estou a participar num projeto de formação de leigos. O objetivo é testar a validade de um plano de formação de formador sobre a ética da inteligência artificial na área de saúde.

Estes são os meus projetos acabados e em curso. Mas acho que é ainda importante investigar sobre o lugar do humano nos serviços linguísticos, pois parece-me muito relevante, e sigo atentamente as publicações de alguns autores como Joss Moorkens e Sharon O'Brien, que trabalham muito sobre esse tema. Há também a acessibilidade, que é outro tema que carece de investigação, mas já não é para mim.

Por fim, quais são os conselhos que gostaria de deixar aos estudantes que pretendam seguir uma carreira nas áreas da Linguística ou da Tradução?

O primeiro conselho é que não desanimem. A inteligência artificial não se compara à inteligência humana e os serviços linguísticos são muito diversos. Outro conselho seria que desenvolvam o seu espírito crítico e não caiam na tentação de aceitar cegamente a proposta do

sistema de tradução automática e da inteligência artificial. É preciso ser muito vigilante. Um terceiro conselho: cuidem da vossa língua materna, sendo rigorosos no respeito pelas normas, as do português neste caso, e criando termos em português, em vez de emprestar sistematicamente termos em inglês. Tentem defender a vossa língua, porque tal como afirma o professor Rui Sousa-Silva, "o futuro pertence aos linguistas", uma vez que tanto a inteligência artificial como a tradução automática se baseiam nos *Large Language Models*, portanto em material linguístico. Hoje em dia, tudo depende da qualidade dos dados linguísticos, e, naturalmente, de algoritmos, pelo que a colaboração entre engenheiros e linguistas é fundamental. Esta colaboração tem sido e vai continuar a ser fundamental. Não há como fugir a isso, a língua é uma coisa muito complexa e é muito difícil transpor a língua para números. E, por fim, insisto num conselho para os futuros tradutores: por muito exigente que seja, aprendam a traduzir de acordo com a metodologia trifásica, para serem capazes de avaliar e pós-editar as propostas da máquina, de forma a produzirem traduções de qualidade, adequadas ao público-alvo e ao contexto de uso do produto traduzido.

POSSÍVEL PROPOSTA METODOLÓGICA DE ANÁLISE DOCUMENTAL PARA A HISTORIOGRAFIA LINGUÍSTICA

Rayssa Raquel Marinho[1]
rayssaredatora@gmail.com
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO (BRASIL)

RESUMO. Este artigo apresenta uma proposta metodológica para a historiografia linguística, fundamentada na compreensão de que o pensamento linguístico se desenvolve de forma não linear, por meio de processos de continuidade, descontinuidade e ruptura. A partir da noção de camadas do conhecimento linguístico de Swiggers (2004), discute-se a interação entre as camadas teóricas, técnicas, documentais e contextuais na constituição das teorias. O trabalho propõe um modelo de investigação segmentado que considere a análise linguística de fontes primárias e secundárias, destacando o papel dos contextos institucionais e culturais na produção do conhecimento. Defende-se, assim, uma abordagem interpretativa que permita compreender como as transformações em uma camada do conhecimento, como o contexto ou a teoria, podem repercutir nas demais ao longo do percurso histórico da linguagem.
PALAVRAS-CHAVE. Historiografia Linguística; Metodologia; Análise Documental; Gramática.

ABSTRACT. This article presents a methodological proposal for Linguistic Historiography, grounded in the understanding that linguistic thought develops in a non-linear manner through processes of continuity, discontinuity, and rupture. Drawing on Swiggers's (2004) notion of layers of linguistic knowledge, the paper discusses the interaction among theoretical, technical, documentary, and contextual dimensions in the constitution of linguistic theories. It proposes a segmented model of analysis for the linguistic examination of primary and secondary sources, highlighting the role of institutional and cultural contexts in the production of knowledge. An interpretive approach is thus advocated to explain how transformations in one layer of knowledge, such as context or theory, may reverberate across others throughout the historical development of language.
KEYWORDS. Linguistic Historiography; Methodology; Documentary Analysis; Grammar.

[1] Estudante de doutoramento em Língua Portuguesa e Linguística.

1. Introdução

O pensamento linguístico não é linear; ele se desenvolve em esferas e níveis de continuidade e descontinuidade, sendo marcado por estagnações, retomadas e rupturas teóricas. Assim, nesse viés, destacam-se os conceitos de retóricas de continuidade e de ruptura, propostos por Murray (1994), bem como a noção de camadas do conhecimento linguístico, formulada por Swiggers (2004). A compreensão desses aportes exige uma retomada da obra de Kuhn (1962) — visto que, segundo Koerner (2014), esse autor passou a influenciar a história da linguística —, e uma reflexão acerca dos processos a partir dos quais novos coletivos científicos se formam e atuam em contextos de crise ou superação de teorias dominantes, atentando para as transformações sócio-históricas que podem, ou não, desencadear reconfigurações teóricas.

O conhecimento científico, nessa perspectiva, é concebido como uma prática situada histórica e socialmente, não se constituindo de maneira isolada ou autônoma. Sua produção envolve tanto dimensões internas, relativas à elaboração teórica, quanto dimensões externas, vinculadas aos contextos institucionais, sociais e culturais nos quais se insere. Em razão disso, a compreensão histórica, fundamentada em documentos e circunstâncias específicas, permanece em constante processo de revisão e reconstrução (Marinho, 2025). Assume-se, neste trabalho, a compreensão histórica como o entendimento do percurso histórico dos conhecimentos produzidos sobre a linguagem, considerando seus processos de constituição e transformação ao longo do tempo.

No campo da historiografia linguística, essa reconstrução da realidade histórica ocorre a partir de recortes analíticos e procedimentos interpretativos próprios da área. Tal abordagem decorre de uma postura crítica que busca afastar explicações personalistas do desenvolvimento do pensamento linguístico. Para isso, é necessário um olhar amplo e construtivo (Batista, 2013), a partir do qual se torna possível reconstruir, no presente, um olhar sobre o passado por meio de análises de fontes e dados que possibilitam interpretar períodos e fatos da história da linguística.

Essa discussão acompanha as produções históricas dos estudos sobre a linguagem ao defender uma postura menos subjetiva, compreendendo a amplitude dos estudos historiográficos, com suas fundamentações e estudos. A reflexão sobre a elaboração da narrativa historiográfica e a análise dos dados é possível, de acordo com Batista (2024), por

meio de autores como “Konrad Koerner (1939-2022), em especial seu livro de 1978, Dell Hymes (1927-2009), em seu texto de 1974, Pierre Swiggers, em seu texto de 2004, Brigitte Schlieben-Lange em capítulos de seu livro publicado em 1993” (p. 288).

Assim, em vez de atribuir o progresso científico a um único autor ou a uma obra isolada, privilegia-se a análise do contexto intelectual mais amplo que sustenta a constituição de determinados paradigmas de investigação (Koerner, 2014). Essa orientação possibilita compreender de que modo os estudos linguísticos se articulam a estruturas mais abrangentes, nas quais fatores externos à obra dialogam diretamente com seu conteúdo.

A investigação em historiografia linguística, nesse sentido, mobiliza procedimentos metodológicos e observações voltadas aos processos de desenvolvimento da linguagem, com atenção aos movimentos de continuidade e ruptura (Koerner, 1972, 2014; Swiggers, 2004) o que demanda sistematização e abordagens de caráter multidisciplinar. Segundo Koerner (2014), a estruturação da historiografia linguística começa a ser maturada de fato quando o livro de Thomas S. Kuhn, *The Structure of Scientific Revolutions* (1962), começou a exercer influência sobre a história da linguística (Hymes, 1974). Como afirma Koerner (2014), “aos esforços individuais de alguns autores (Grotsch 1982; Koerner 1978; Schmitter 1982) sucederam-se colóquios e volumes coletivos dedicados ao assunto” (p.46).

Assim, a partir do final da década de 1960, observa-se um interesse crescente de pesquisadores pelas questões metodológicas e epistemológicas desse campo. Contudo, foi sobretudo na década de 1970, com a consolidação da História das Ciências como disciplina geral — impulsionada pela publicação da obra de Thomas Kuhn — que a História da Linguística encontrou condições mais favoráveis para seu desenvolvimento teórico (Koerner, 2014).

Além disso, embora a obra de Konrad Koerner, publicada na década de 1970, seja frequentemente apontada por estudos historiográficos como marco inicial da consolidação da Historiografia Linguística como disciplina científica no campo dos estudos da linguagem, foi o texto de Dell Hymes — mais especificamente a introdução escrita em 1983 para sua antologia de 1974, *Traditions and Paradigms* — que, do ponto de vista metodológico, fundamentou os rumos da pesquisa na área, conforme observa Cristina Altman (2012). Ainda assim, alguns

estudiosos destacam a existência de uma contribuição anterior, o trabalho de Yakov Malkiel (1969), que antecipa, em certa medida, essa discussão (Azevedo, 2004; Serra, 2004).

Pode-se compreender, portanto, que houve, por um lado, um movimento de inserção em uma historiografia reformulada a partir da Europa nos anos 1970, configurando-se como uma especialidade orientada por princípios reconhecidos como científicos. Nessa conjuntura, a teoria de Thomas Kuhn (1962), apresentada em *The Structure of Scientific Revolutions*, oferece um modelo interpretativo fundamental ao conceber a história da ciência como marcada pela constituição de paradigmas e por períodos de revolução científica. De acordo com essa perspectiva, a chamada *ciência normal* corresponde às atividades científicas orientadas à resolução de problemas dentro dos limites de um paradigma aceito, não tendo como objetivo imediato a formulação de novos fatos ou teorias, mas o aprofundamento e o refinamento do conhecimento já estabelecido.

Paralelamente, torna-se indispensável considerar o contexto social no qual os discursos científicos são produzidos, incluindo a formação de comunidades de especialidade[2], a influência de fatores históricos e sociais na legitimação de propostas linguísticas e a recepção dos paradigmas ao longo do tempo. Reconhecem-se, assim, as interações entre iniciativas individuais e dinâmicas coletivas que moldam práticas intelectuais e científicas em contextos mediados pela linguagem (Batista, 2020).

Nesse quadro, Koerner (2014) destaca que a reconstrução objetiva e imparcial dos principais aspectos do passado linguístico, bem como a explicação das causas das mudanças de orientação e das descontinuidades observadas, constitui um desafio significativo para o trabalho acadêmico individual. Tal empreendimento exige não apenas amplo domínio do objeto de estudo, mas também um conhecimento de caráter quase enciclopédico, em razão da natureza interdisciplinar que caracteriza a historiografia linguística.

De acordo com Murray (1994), no âmbito da sociologia da ciência, os grupos de pesquisadores tendem a adotar estratégias discursivas que reforçam a continuidade de suas investigações, desenvolvendo linhas de pesquisa ancoradas em trabalhos anteriores. Em geral, tais coletivos não reivindicam rupturas radicais com as ideias que os precedem, mas buscam

[2] Segundo Batista (2020), comunidades de especialidade são grupos de estudiosos que se reúnem em torno de teorias e métodos compartilhados, não necessariamente de maneira institucional. Eles se reconhecem como integrantes de uma comunidade que valida e troca ideias sobre suas atividades científicas e intelectuais.

ampliar, ajustar e refinar conceitos já consolidados, recorrendo, para isso, a uma retórica de continuidade.

Essa dinâmica se articula à noção de paradigma, entendido como um conjunto compartilhado de conceitos, teorias, métodos e critérios que orientam a atividade científica em determinado período. A adesão a práticas comuns por parte de uma comunidade científica contribui para a manutenção de padrões recorrentes de produção e para a regularidade dos resultados obtidos, o que sustenta a estabilidade do campo (Kuhn, 1962).

À medida que uma disciplina avança, contudo, emergem interpretações concorrentes e diferentes escolas de pensamento. Em determinado momento, uma dessas perspectivas se impõe como dominante, oferecendo uma estrutura teórica unificadora que direciona a pesquisa (Kuhn, 1962). A partir daí, os pesquisadores passam a concentrar seus esforços em problemas mais delimitados e a divulgar seus resultados por meio de produções escritas, como artigos e outros gêneros acadêmicos.

Segundo Kuhn (1962), esse equilíbrio pode ser desestabilizado quando determinados fenômenos deixam de ser explicados pela teoria vigente, dando origem ao reconhecimento de anomalias. Tais tensões conduzem a processos de revisão e reconfiguração teórica, característicos da chamada *ciência extraordinária*, podendo culminar em crises paradigmáticas. Nesse estágio, a comunidade científica se fragmenta em diferentes propostas, até que, por meio de um processo de adesão coletiva, um novo paradigma se consolida, inaugurando um novo ciclo científico.

Ao transpor essa interpretação para os estudos da linguagem, surgem desafios, uma vez que, diferentemente das ciências exatas, os paradigmas linguísticos não se substituem de forma excludente, mas frequentemente coexistem e competem entre si (Batista, 2013). Ainda assim, a teoria kuhniana permanece relevante para a compreensão dos mecanismos de continuidade e ruptura no campo linguístico.

Nesse contexto, Murray (1994) reformula as categorias de *ciência normal* e *ciência revolucionária* propostas por Kuhn (1962), substituindo-as pelas noções de retórica de continuidade e retórica de ruptura (ou revolucionária). Para o autor, os grupos científicos podem alternar entre a valorização da continuidade das ideias anteriores e a defesa de mudanças profundas, sendo essa escolha retórica condicionada por fatores sociais, institucionais e

contextuais. Dessa forma, os coletivos científicos podem se posicionar tanto na manutenção quanto na transformação dos paradigmas em circulação (Marinho, 2025).

Já no âmbito da retórica revolucionária, os grupos que a mobilizam tendem a reivindicar uma ruptura expressiva em relação às ideias anteriormente consolidadas. Nessa perspectiva, afirmam ter alcançado descobertas inovadoras ou transformadoras, capazes de romper com o paradigma científico em vigor. Para Murray (1994), a adoção desse tipo de retórica é condicionada por fatores como o elitismo relativo, a idade profissional e o acesso ao reconhecimento, funcionando, muitas vezes, como um recurso para conferir legitimidade e visibilidade às propostas do grupo.

Ao abordar essa perspectivação retórica, Murray (1994), em *Theory groups in science*, afirma que o elitismo relativo no campo científico diz respeito à posição ocupada pelo pesquisador em termos de prestígio social, formação acadêmica e vínculo institucional. Aqueles que se encontram em posições mais privilegiadas costumam dispor de maiores recursos e oportunidades para difundir propostas inovadoras, enquanto pesquisadores situados em contextos menos favorecidos podem enfrentar limitações adicionais na tentativa de introduzir novas abordagens.

A idade profissional, por sua vez, refere-se aos diferentes momentos da trajetória científica e influencia tanto as escolhas metodológicas quanto a percepção das possibilidades de reconhecimento. Pesquisadores em início de carreira tendem a assumir posturas mais ousadas, ao passo que cientistas mais consolidados podem adotar atitudes mais cautelosas. De modo semelhante, o acesso percebido ao reconhecimento — associado ao prestígio institucional, à circulação das publicações e à reputação acadêmica — pode incentivar a adoção de estratégias discursivas mais radicais como forma de destacar determinadas pesquisas (Murray, 1994).

Diante disso, a compreensão dos processos de ruptura paradigmática exige a consideração de fatores externos à produção científica propriamente dita, de modo a captar as dinâmicas de continuidade e descontinuidade em jogo. Segundo Swiggers (2004), infere-se, nessa acepção, que a retórica ultrapassa a dimensão estritamente persuasiva, englobando as formas verbais e textuais por meio das quais a comunidade científica e seus integrantes

constroem percepções sobre suas identidades, práticas investigativas e modos de difusão do conhecimento.

Dessa forma, essa proposta metodológica de análise propõe investigar os movimentos de continuidade, descontinuidade e ruptura a partir de camadas de conhecimento, nas quais considera também aspectos internos e externos da obra. É possível visualizar que fatores externos, como o contexto sócio-histórico, podem interferir nas teorias, romper e propor inovações, assim como podem perpetuar o movimento de continuidade. Para isso, Swiggers (2004) propõe uma análise em quatro camadas, contextual, documental, técnica e teórica.

2. Camadas do Conhecimento Linguístico

Como mencionado na seção anterior, as mudanças na linguística e nos estudos sobre o percurso da linguagem são influenciadas por múltiplos fatores e, por isso, essas variações não podem ser analisadas ou compiladas a partir de uma única teoria isolada. Swiggers (2004) propõe abordar os estudos da linguagem em campos separados, organizados em: visão geral da linguagem, progresso das pesquisas em curso, técnicas empregadas, documentação linguística e contexto cultural e institucional[3].

Certas abordagens apresentam limitações, pelo fato de ora privilegiarem uma leitura ampla dos documentos históricos, que tende a tratar as mudanças como processos gerais e inevitáveis, ora adotarem uma perspectiva mais situada, centrada em explicações pontuais, o que acaba por não abarcar de forma integrada os conhecimentos, as práticas e os sistemas de crenças que constituem a evolução da disciplina.

A proposta de Swiggers (2004, 2020), denominada "condicionamento múltiplo", busca superar explicações unidimensionais, adotando uma perspectiva relativista que integra diferentes campos e modelos teóricos, como o paradigma-revolução de Kuhn (1962). Essa abordagem permite considerar fatores contextuais e múltiplas causas na evolução da disciplina, sem impedir a construção de um metamodelo capaz de articular os diversos elementos que influenciam mudanças de paradigma.

[3] A demonstração das camadas do conhecimento apresentadas nesta seção foi adaptada de uma dissertação apresentada pela autora em 2025 (Marinho, 2025), bem como de modelos analíticos já utilizados por outros pesquisadores na área. O recorte ilustra o significado de cada uma das camadas e apresenta exemplos de sua aplicação.

Para construir um metamodelo de multicamadas, é necessário adotar uma narrativa em camadas que descreva o desenvolvimento de uma disciplina científica. Swiggers (2020) propõe essa abordagem, que se aproxima da análise de Galison (1987) sobre a microfísica, organizada em níveis experimental, instrumental e teórico (Ferreira, 2021; Polachini, 2018). Cada camada reúne princípios teóricos e técnicos, muitas vezes conflitantes, influenciados por contextos e instituições distintos. A compreensão dessas camadas permite analisar como e por que motivo certos eventos ocorreram (ou não) na trajetória histórica do estudo da linguagem.

Assim, é proposto por Swiggers (2020) que a mudança de paradigma seja observada por meio das camadas ou dimensões, a saber: camada teórica, camada documental, camada técnica e camada contextual, as quais são fundamentais para a observação de um modelo operatório na linguística. A evolução dos modelos teóricos ocorre devido à disparidade entre os diversos âmbitos que compõem tais dimensões. É importante ressaltar que as mudanças não ocorrem de forma síncrona em todas as camadas; cada uma delas é capaz de passar por rupturas e retomadas sem comprometer a estrutura como um todo.

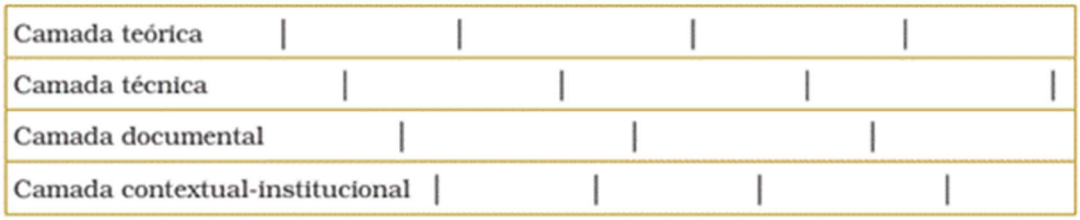


FIGURA 1. Camadas do conhecimento linguístico. Fonte: Swiggers (2020, p. 4).

A camada teórica está relacionada com a visão geral da linguagem e com o status dos estudos realizados; a camada técnica inclui os procedimentos utilizados e como os dados foram apresentados; a camada documental corresponde à documentação linguística e filológica sobre a qual se sustenta o estudo linguístico, considerando o número de línguas, tipos de fontes e de dados; por fim, a camada contextual/institucional corresponde ao contexto cultural e à conjuntura institucional em que ocorrem a reflexão e a prática linguísticas. Conforme destacado por Swiggers,

> A camada teórica corresponde à visão global da linguagem, à concepção das tarefas e ao estatuto da linguística; a camada técnica inclui as técnicas de análise (linguística/gramatical) e os

> métodos de apresentação dos dados; a camada documental corresponde à documentação linguística e filológica (número de línguas, tipos de fontes e de dados) sobre a qual se baseia o estudo linguístico; a camada contextual e institucional (esta última se torna mais importante à medida que nos aproximamos da época moderna) da reflexão e da prática linguísticas. (Swiggers, 2004, p. 134, tradução nossa[4])

Segundo Ferreira (2021), isso se evidencia na história da tradição gramatical, na medida em que, apesar das mudanças em certos aspectos das diferentes esferas do conhecimento linguístico que compõem a gramática – como a transição de modelos teóricos racionalistas para modelos "científicos", tanto teórica quanto contextualmente; ou a mudança do foco da língua latina para a língua portuguesa, em termos documentais e técnicos –, a estrutura fundamental da doutrina gramatical permanece praticamente inalterada.

Em resumo, a dinâmica da Linguística como disciplina científica pode estar relacionada com mudanças dentro de uma única camada, na interação entre duas camadas ou, eventualmente, em toda a estrutura. O objetivo deste trabalho é compreender como elas mudaram entre si e quais as suas abordagens, observando, principalmente, as possíveis mudanças teóricas. Na Tabela 1 foi exemplificada uma forma de fazer uma análise documental segundo o modelo de Swiggers (2004):

Camada	Definição	Exemplo possível de análise
Teórica	Visão global da linguagem, concepção das tarefas e estatuto da disciplina; inclui modelos teóricos e posicionamento dos gramáticos (Swiggers, 2004).	Examinar conceitos teóricos como partes do discurso ou categorias gramaticais, ou qualquer conceito delimitado presente internamente na fonte.

[4] Texto original: La capa teórica corresponde a la visión global del lenguaje, a la concepción de las tareas y del estatutos de la lingüística; la capa técnica incluye las técnicas de análisis (lingüístico/gramatical) y los métodos de presentación de los datos; la capa documental corresponde a la documentación lingüística y filológica (número de lenguas, tipos de fuentes y de datos) sobre la cual se basa el estudio lingüístico; la capa contextual e institucional (esta última se hace más importante a medida que nos acercamos a la época moderna) de la reflexión y de la práctica lingüísticas (Swiggers, 2004, p.134).

Camada	Definição	Exemplo possível de análise
Técnica	Técnicas de análise linguística/gramatical e métodos de apresentação dos dados.	Avaliar quais métodos e instrumentos poderiam ser aplicados para organizar e interpretar os dados linguísticos, incluindo abordagens descritivas ou prescritivas, ou observando se segue determinado modelo de organização.
Documental	Documentação linguística e filológica que sustenta o estudo, considerando número de línguas, tipos de fontes e dados.	Selecionar tipos de fontes, corpora ou obras literárias que poderiam ser analisadas, identificando a relevância de diferentes registros e autores, como os exemplários.
Contextual / Institucional	Contexto cultural e institucional da prática e reflexão linguísticas; inclui clima de opinião, agendas acadêmicas e influências externas.	Considerar fatores históricos, sociais ou institucionais que poderiam afetar a produção de conhecimento, como leis, período histórico, avanço científico, etc.

TABELA 1. Camadas de Análise Metodológica (baseado em Ferreira (2021), Marinho (2025) e Polachini (2018)).

A Tabela 1 apresenta uma síntese das diferentes teorias, assim como vários exemplos de como estas podem ser segmentadas e analisadas em diferentes camadas, a partir do modelo e da divisão metodológica apresentada brevemente neste trabalho.

3. Considerações Finais

A historiografia linguística possui metodologias próprias, orientadas tanto pelas fontes quanto pelo próprio fazer historiográfico. Ao propor um modelo de análise baseado em segmentações em camadas, este trabalho oferece um instrumento sistemático para a leitura e interpretação de fontes primárias e secundárias, partindo do pressuposto de que as mudanças

linguísticas e teóricas não se dão de forma isolada, mas emergem da interação entre níveis de descrição, análises teóricas e contextos de produção do conhecimento.

Nesse sentido, os documentos historiográficos devem ser compreendidos em seu contexto sócio-histórico, no qual transformações em uma camada podem repercutir sobre outras, sejam elas técnicas, teóricas ou documentais. Essa perspectiva permite uma leitura mais integrada dos processos de continuidade, ruptura e reconfiguração do campo, reforçando a importância de considerar os condicionamentos institucionais, culturais e epistemológicos que moldam a reflexão e a prática linguísticas.

Assim, a teoria de Swiggers (2020) abre uma possibilidade e um novo olhar para a obra sob as perspectivas intralinguística e extralinguística, tornando possível o acompanhamento de seu percurso e de suas mudanças linguísticas. Acredita-se, desse modo, que uma obra apresenta múltiplas camadas, capazes de influenciar e dialogar com outras teorias. Encarar a obra como um todo implica também percebê-la em suas particularidades, como um organismo vivo e repleto de nuances.

Referências bibliográficas

Azevedo, K. E. R. (2004). As relações entre a historiografia linguística e a linguística textual. *Revistas Ecos, 1*(2). https://periodicos.unemat.br/index.php/ecos/article/view/1054

Batista, R. O. (2013). *Introdução à historiografia da linguística*. Cortez.

Batista, R. O. (2020). *Fundamentos da pesquisa em historiografia da linguística* (1ª ed.). Editora Mackenzie.

Batista, R. O. (2024). Dimensões da pesquisa em historiografia linguística. In M. Q. Leite, M. M. S. Hackerott, & C. C. de Siqueira (Orgs.), *Tópicos em historiografia da linguística: Das práticas linguísticas à meta-historiografia* (pp. 287–332). Universidade de São Paulo.

Ferreira, E. G. M. (2021). *Uma historiografia do processo brasileiro de gramatização da colocação pronominal em gramáticas oitocentistas* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Paraíba].https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/22643

Galison, P. (1987): *How Experiments End*. University of Chicago Press.

Hymes, D. (1974). Introduction: Traditions and paradigms. In D. Hymes (Ed.), *Studies in the history of linguistics: Traditions and paradigms* (pp. 1–38). Indiana University Press.

Koerner, E. F. K. (1972). Towards a Historiography of Linguistics 19th and 20th Century Paradigms. *Anthropological Linguistics, 14*(7), 255–280. http://www.jstor.org/stable/30029109

Koerner, E. F. K. (2014). *Quatro décadas de historiografia linguística: estudos selecionados*. Centro de Estudos em Letras, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Kuhn, T. S. (1962). *The structure of scientific revolutions*. University of Chicago Press.

Malkiel, Y. (1969). The Five Sources of Epenthetic /J/ in Western Hispano-Romance: A Study in Multiple Causation. *Hispanic Review, 37*(2), 239–275. https://doi.org/10.2307/471735

Marinho, R. R. (2025). O estatuto das partes da oração em gramáticas racionalistas do Brasil oitocentista. [Dissertação de mestrado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro].https://www.bdtd.uerj.br:8443/bitstream/1/24812/2/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Rayssa%20Raquel%20Marinho%20da%20Silva%20-%202025%20-%20Completa.pdf

Murray, S. O. (1994). *Theory Groups and the Study of Language in North America: A social history*. John Benjamins.

Polachini, B. S. (2018). *Uma história serial e conceitual da gramática brasileira oitocentista de língua portuguesa* [Tese de doutoramento, Universidade de São Paulo]. http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8139/tde-06072018-120101/

Swiggers, P. (2004). Modelos, métodos y problemas en la historiografía de la lingüística. In C. J. C. Zumbado, J. D. Luis, A. N. T. González, D. C. Díaz, & F. M. P. Picón (Coords.), *Nuevas aportaciones a la historiografía lingüística* (pp. 113–146). Arco Libros.

Swiggers, P. (2020). A dinâmica na (/da) história da linguística: posições e deslocamentos de "camadas". *Todas as Letras – Revista de Língua e Literatura, 22*(1), 1–9. https://doi.org/10.5935/1980-6914/eLETLL2012968.

LA INCIDENCIA DE LA IDENTIDAD DE GÉNERO EN LA MORFOLOGÍA APRECIATIVA AUMENTATIVA EN EL ESPAÑOL URUGUAYO[1]

Belén González López[2]

belen.gonzalez@fhce.edu.uy

UNIVERSIDAD DE LA REPÚBLICA DE URUGUAY (URUGUAY)

RESUMEN: Este trabajo explora la relación entre la morfología apreciativa aumentativa en el español uruguayo y la variable social género. En particular, busca aproximarse a una respuesta sobre si existe una preferencia en la selección de uso de -azo e -ísimo según la identidad de género autopercibida. Con este propósito, se llevó a cabo un experimento a través de un cuestionario fuera de línea, en el cual se solicitó a los participantes que seleccionaran entre dos posibles continuaciones de un mismo contexto informal. En este artículo se detalla el experimento fuera de línea llevado a cabo, y se presenta el análisis y los resultados obtenidos con relación a dos grandes áreas: base gramatical e identidad de género.

PALABRAS CLAVE: Morfología Apreciativa Aumentativa; Identidad de Género; Estudio Experimental; Español Rioplatense.

ABSTRACT: This study explores the relationship between augmentative appreciative morphology in Uruguayan Spanish and the social variable of gender. Specifically, it seeks to determine whether there is a preference for the selection of use of -azo and -ísimo based on gender identity. For this purpose, an experiment was carried out using an offline questionnaire, in which participants were asked to select between two possible continuations for the same informal context. This article details the offline experiment conducted and presents the analysis and results obtained in relation to two main areas: grammatical basis and gender identity.

KEYWORDS: Augmentative Appreciative Morphology; Gender Identity; Experimental Study; Rioplatense Spanish.

[1] Este artículo deriva de la monografía de grado, titulada "La Incidencia de la Identidad de Género en la Morfología Apreciativa Aumentativa en el Español Uruguayo", de la Licenciatura en Lingüística de la Universidad de la República Uruguay. Publicada en 2025 en Repositorio Colibri de la Universidad de la República: https://hdl.handle.net/20.500.12008/56382

[2] Estudiante del 4to y último año de la Licenciatura en Lingüística de la Universidad de la República (Udelar) de Uruguay.

RESUMO: Este estudo explora a relação entre a morfologia aumentativa apreciativa no espanhol uruguaio e a variável social de género. Especificamente, busca determinar se há uma preferência pela seleção de uso de *-azo* e *-ísimo* com base na identidade de gênero. Para isso, foi realizado um experimento utilizando um questionário offline, no qual os participantes foram solicitados a selecionar entre duas possíveis continuações de o mesmo contexto informal. Este artigo detalha o experimento *offline* realizado e apresenta a análise e os resultados obtidos em relação a duas áreas principais: fundamentos gramaticais e identidade de gênero.
PALAVRAS-CHAVE: Morfologia Aumentativa Apreciativa; Identidade de Gênero; Estudio Experimental; Espanhol Rioplatense.

1. Introducción

La morfología apreciativa constituye uno de los recursos más habituales y productivos mediante los cuales los hablantes pueden expresar su subjetividad (Lázaro Mora, 1999; Kornfeld, 2016; Eddington, 2017). Este fenómeno, ampliamente estudiado en la lingüística hispánica (Varela, 2005; Real Academia Española & Asociación de Academias de la Lengua Española, 2009; Fortin & Rainer, 2022; Lázaro Mora, 1999, entre otros), abarca un conjunto de afijos que añaden a las palabras una carga afectiva o valorativa que permite a los hablantes manifiestar su actitud hacia su interlocutor (Varela, 2005; RAE, 2009; Fortin & Rainer, 2022). La morfología aumentativa, como parte de la morfología apreciativa, permite al hablante no solo condensar esta actitud, sino también operar simultáneamente en el plano denotacional, expandiendo las propiedades semánticas de la base con relación al tamaño o intensidad (Varela, 2005; RAE, 2009; Kornfeld, 2021).

A la fecha, existen diversas investigaciones que han mostrado que el uso de morfemas apreciativos, como los diminutivos y aumentativos, puede verse condicionado por variables sociales como el género (Andrews, 1999; Dabašinskienė, 2012; Brown & Levinson, 1987 en Gaeta, 2015; Prieto, 2008, p.149-161, entre otros). En este sentido, este trabajo se propone explorar la relación entre la morfología apreciativa aumentativa en el español rioplatense uruguayo y la variable social de género, a partir del estudio de los sufijos *-ísimo* y *-azo* desde una perspectiva experimental. En particular, busca aproximarse a una respuesta sobre si existe

una preferencia en la selección de uso de *-azo* y en el uso de *-ísimo* según la identidad de género del hablante.

El trabajo se divide en cinco partes. Primero, tras esta introducción (1), se ofrece en (2) una descripción gramatical de los sufijos *-azo* e *-ísimo* desde la morfología apreciativa, y se abordan antecedentes para la relación entre la morfología apreciativa y la identidad de género. En (3), se desarrolla la metodología empleada para el experimento, y en (4) se realiza el análisis de los datos obtenidos. Finalmente, se brindan algunas consideraciones finales en (5).

2. Morfología apreciativa aumentativa: los casos de -ísimo y -azo

En esta sección ofrecemos una descripción gramatical breve de los sufijos *-azo* e *-ísimo* desde la morfología apreciativa, y abordaremos algunos antecedentes para la relación entre la morfología apreciativa y género.

2.1. El sufijo *–azo*

Estudios (Lázaro Mora, 1999, p. 4648; Varela, 2005; RAE & ASALE, 2009; Kornfeld, 2010), tradicionalmente, el sufijo *-azo* ha sido clasificado como un sufijo apreciativo aumentativo, junto con *-ote y -ón*. En su uso más característico, predica una propiedad intensificada sobre el referente de la base, generando interpretaciones más específicas tales como "increíble" o "muy bueno" (*partidazo*), así como otras vinculadas a duración (*siestaza*), intensidad (*lluviazo*) o fuerza (*ruidazo*) (Kornfeld, 2021, p. 271).

Desde el punto de vista morfológico, *-azo* comparte propiedades generales de los sufijos apreciativos (Varela, 2005, Kornfeld, 2021). Por ejemplo, conserva el género gramatical de la base (RAE & ASALE, 2009, p. 164): *viva > vivaza (f.), sol > solazo (m.);* y admite reduplicación (*ej.: buenazazazo, fotazazaza*) sin generar anomalías estructurales (RAE & ASALE, 2009; Kornfeld, 2021). En cuanto a su distribución, Kornfeld (2021) establece que *-azo* presenta un patrón de selección relativamente más restringido que otros apreciativos, como el diminutivo *-ito*. Señala que tiende a combinarse preferentemente con sustantivos contables y adjetivos calificativos (p. 272), y que muestra incompatibilidades con sustantivos de masa, adjetivos relacionales y adjetivos derivados por sufijos deverbales como *-dor/a, -nte,* o *-ble* (pp. 272-274).

Diversos autores han señalado la carga superlativa y valorativa que puede adoptar este sufijo (Lázaro Mora, 1999; Varela, 2005). En esta línea, Lázaro Mora (1999, p. 4673) establece que los valores fundamentales de *-azo* son el aumentativo y el peyorativo (ej.: *animalazo*), aunque esta última puede ser sustituida por una positiva (*amigazo*). Varela (2005) y *La Nueva gramática de la lengua española* (RAE & ASALE, 2009, p.171), por su parte, plantean que los morfemas apreciativos realizan un aporte de tamaño y que su interpretación apreciativa depende de la situación comunicativa y de la intención del hablante. De igual manera, Kornfeld (2021, p. 273) sostiene que la función de los sufijos apreciativos, incluido *-azo*, consiste en manifestar una actitud valorativa, enfatizando o intensificando aspectos proposicionales de la base según la perspectiva del hablante y su interlocutor.

2.2. El sufijo –ísimo

En cuanto al sufijo *-ísimo*, este no ha sido tradicionalmente clasificado como un sufijo apreciativo en la literatura gramatical tradicional (Lázaro Mora, 1999; RAE & ASALE 2009), sino que ha sido entendido como un elativo con comportamiento similar a *muy* (RAE & ASALE, 2009; Pastor, 2021). No obstante, Kornfeld (2021) lo incluye dentro de los sufijos aumentativos, y distintos estudios señalan rasgos que lo aproximan al comportamiento de los morfemas apreciativos. La *Nueva gramática de la lengua española* (RAE & ASALE, 2009, p.164), por ejemplo, señala que, al igual que los sufijos apreciativos, no implica cambio de categoría alguno, y añade connotaciones expresivas; y Eguren (2001) y Varela (2012) extienden sus análisis de la sufijación apreciativa (evaluativa) al caso de *-ísimo*, destacando su valor intensificador con carga subjetiva y la implicación del hablante a través de la actitud del hablante.

Desde el punto de vista morfosintáctico, el sufijo *-ísimo* ha sido descrito como poseedor de una distribución más restringida que algunos apreciativos como *-ito* e incluso *-azo,* pero más sistemática (Kornfeld, 2021). Según Eguren (2001) y Kornfeld (2021, p. 276), no puede aplicarse a sustantivos (**cocheísimo*) ni a interjecciones (**holísima*), y está excluido de su combinación con ciertos adverbios, como los temporales, o con cuantificadores. No obstante, muestra una alta compatibilidad con adjetivos calificativos, participios y otros adverbios como *lejísimos*. A su vez, Kornfeld (2021, 2016) considera que el sufijo *-ísimo* no presenta

restricciones con adjetivos deverbales ni relacionales, y puede combinarse tanto con adjetivos deverbales como con relacionales recategorizados (*clasiquísima, amabilísimo*), y es perfectamente compatible con bases derivadas mediante sufijos como *-dor, -nte o -ble,* entre otros (Kornfeld, 2016), propiedad que lo distingue de otros sufijos apreciativos.

Es pertinente observar, por otro lado, que si bien su combinación con sustantivos es descrita como no-existente en parte de la bibliografía, se registran usos tanto en la bibliografía como en redes sociales. Varela (2005, p.52) reconoce algunos casos excepcionales que expresan cualidad o propiedad, como en *cuñadísimo* o *padrísimo*. La *Nueva gramática de la lengua española* (RAE & ASALE, 2009, p.138) menciona que los sustantivos que admiten este sufijo son pocos, pero siempre presentan una marcada carga expresiva o burlesca. A esto se suman datos actuales que podemos obtener de Twitter (X):

1. a. Bo feliz cumple te quiero mucho !!! Te mando **un abrazísimo** (Dans, E., 2020)
   b. Che alguno de ustedes inviteme a tomar **un vinisimo** (Gago, 2017)

Como veremos más adelante, hemos incluido estos usos nominales en el experimento con el objetivo de observar, indirectamente, su uso en el español rioplatense uruguayo[3].

2.3. Síntesis

En suma, los sufijos *-ísimo* y *-azo* constituyen morfemas productivos (Lázaro Mora, 1999, p. 4672; Varela, 2005; RAE & ASALE, 2009, p.112) en el español rioplatense que expresan aumento y valores apreciativos respecto a su base léxica. No obstante, presentan características morfosintácticas diferentes: mientras la literatura considera que *-ísimo* opera principalmente sobre adjetivos y adverbios, con un significado más estable, *-azo* ha sido descrito con una mayor variación semántica, y operando sobre sustantivos y adjetivos. Ambos sufijos, por lo tanto, presentan una distribución dispar, lo que justifica su elección para compararlos en este trabajo.

[3] Es probable que este fenómeno se observe también en otras variedades, incluido el español rioplatense argentino. No obstante, debido al alcance de los datos recogidos, en este trabajo solo se analiza su uso en el español de Uruguay, y no es posible establecer afirmaciones sobre su comportamiento en otras variedades. Se requieren aún más estudios que permitan examinar su distribución y comparación con otras variedades.

2.4. Relación entre la identidad de género y morfología apreciativa

El estudio de la influencia del género en el habla posee una amplia trayectoria y mantiene un interés sostenido en la lingüística (cf. García Moutón, 1999; Coates, 2015; Gaeta, 2015). Tradicionalmente, ciertos aspectos del lenguaje, como la morfología, han sido concebidos como componentes del sistema lingüístico relativamente independientes de factores sociales, puesto que describen relaciones estructurales internas de la lengua. Sin embargo, aunque las marcas morfológicas no estén motivadas directamente por factores extralingüísticos, su distribución y frecuencia pueden reflejar patrones sociales (Gaeta, 2015, p. 122).

En efecto, diversas investigaciones han mostrado que el uso de morfemas apreciativos puede verse condicionado por variables sociales como el género (cf. Prieto, 2008; Gaeta, 2015). En particular, se ha documentado una mayor preferencia del género femenino por el empleo de sufijos diminutivos (c.f Prieto, 2008; Andrews, 1999; Dabašinskienė, 2012). En tzeltal, una lengua indigena de México, por ejemplo, las mujeres tienden a emplear con mayor frecuencia el sufijo diminutivo *ʔala* como estrategia de expresión afectiva o de cortesía positiva (Brown y Levinson, 1987, citado en Gaeta, 2015). Otro estudio, si bien no morfológico, pero relacionado con este trabajo, señala, por ejemplo, que las mujeres presentan un repertorio más amplio y recurrente de estructuras intensificadoras léxicas (Arjona, 1990, pp. 76-81).

No obstante, las diferencias observadas parecen reflejar más hechos de naturaleza sociohistórica y cultural (Gaeta, 2015, p.123; Prieto, 2008; García Moutón, 1999) que determinaciones universales, y no deben entenderse como verdades deterministas. Es posible que ciertos comportamientos lingüísticos de las mujeres se relacionen con presiones sociales ligadas al cumplimiento de roles culturales, o con la necesidad de afirmar una determinada identidad, explicaciones de naturaleza funcional y dependientes del contexto sociocultural (para una discusión más extensa, véase Gaeta, 2015; Coates, 2015; y García Moutón, 1999).

De modo que el empleo de morfemas apreciativos puede entenderse como un recurso a través del cual los hablantes construyen y expresan su identidad social y de género (Gaeta, 2015, p. 124; Coates, 2015; García Moutón, 1999). Desde este marco, resulta pertinente preguntarse y explorar si existe una correlación entre la identidad de género de los hablantes y

la frecuencia de selección de uso de morfemas apreciativos aumentativos en el español uruguayo.

A continuación, se detalla el proceso de construcción del experimento y la prueba estadística utilizada para analizar los datos.

3. Diseño del experimento

En este experimento se explora la posibilidad de que el uso de *-azo* e *-ísimo* no es homogéneo dentro de la población uruguaya, sino que varía en función de distintas variables sociales que hasta el momento no han sido suficientemente exploradas, tal como señala la bibliografía para otros morfemas apreciativos. En particular, nos enfocamos en la identidad de género de los hablantes, aunque somos conscientes que otras variables —como la región geográfica, clase social o edad— deberían ser consideradas. Con el objetivo de poner a prueba esta hipótesis, diseñamos un experimento fuera de línea[4] (cf. Arunachalam, 2013) en el dominio web *soscisurvey.de* destinado a determinar si existen diferencias significativas en la elección de uso de los sufijos según el género. A continuación, se presenta en mayor detalle el diseño del experimento desarrollado, detallando el proceso de creación de los ítems y los participantes[5].

El diseño experimental consistió en proponer una oración declarativa y dos posibles continuaciones de similar extensión y construcción. Para cada oración, el participante debía seleccionar aquella frase que considerara más adecuada para continuar la línea del contexto, pudiendo seleccionar tan solo una de las opciones. Observamos a continuación dos ejemplos con el sufijo *-azo* en adjetivos (2) y en nombres (3):

[4] Este tipo de tarea permite observar solo los resultados de la tarea (ej.: qué opciones fueron seleccionadas), y no su procesamiento (tiempo de reacción, lectura, etc.) (Arunachalam, 2013).

[5] Una de las personas revisoras señala, acertadamente, que algunos de los ítems y de las decisiones adoptadas durante el desarrollo del experimento se beneficiarían de una explicación más detallada. No obstante, por razones de espacio, no es posible profundizar en cada uno de estos aspectos en el presente artículo. Por ello, remitimos a González López (2025), donde se ofrece una descripción más exhaustiva del proceso de construcción y de las decisiones metodológicas involucradas en el experimento.

2. Tu amiga tiene una piscina espectacular re[6] grande en su casa. Con fascinación, le comentas a tu hermana:

a. ¡Es una piscina anchaza!

b. ¡Es una piscina muy ancha!

3. Tu amiga se postula como delegada y da tremendo discurso. Con entusiasmo, le contás a otro amigo:

a. ¡Es una candidataza!

b. ¡Es una excelente candidata!

El test se dividió en dos listas por sufijo para reducir su longitud, con 10 oraciones objetivas (5 adjetivales y 5 nominales) y 20 distractores distribuidos de forma pseudoaleatoria, aleatorizandose manualmente. Para ambas listas, se utilizaron los mismos distractores y estructuras oracionales, variando únicamente el sufijo, con el objetivo de asegurar condiciones experimentales equivalentes. De esta forma, cada grupo evaluó un mismo sufijo en los mismos 10 contextos, debiendo seleccionar entre el uso y no uso del sufijo.

3.1. Participantes

Un total de 428 personas completaron el experimento. Sin embargo, se descartaron 65 participantes por no cumplir con los criterios de haber nacido en Uruguay o haber vivido en la capital en los últimos 5 años, quedándonos con 363 respuestas válidas: 180 en el grupo que testeaba *-azo* y 183 en el grupo de *-ísimo*. Para mantener una misma cantidad de respuestas en cada grupo, se eliminaron las últimas 3 respuestas de *-ísimo.* De esta forma, nos quedamos con 360 respuestas total.

Dentro del experimento, se incorporó una sección de datos sociolingüísticos relativos al departamento de nacimiento y residencia, identidad de género, y edad del participante. La información de género fue recogida mediante autopercepción de los participantes, permitiendo

[6] Nos gustaría notar que, si bien, como bien nota una de las personas revisoras, los prefijos suelen escribirse adjuntos a la base a la que modifican, la construcción "re" posee en el español rioplatense una movilidad morfofonologica y sintáctica mayor al de otras variedades, por lo que ya no se considera un afijo, y suele ser escrito separado de la base a la que modifica (Kornfeld, & Kuguel, 2013).

que estos eligieran entre las opciones “mujer”, “hombre”, “nobinarie” y “otro”. El resto de los datos demográficos no fueron contemplados para el análisis, pero fueron empleados como preguntas filtro para descartar de forma automática los casos donde no se cumplían los requisitos.

A continuación, presentamos una tabla con la distribución de participantes:

Distribución de participantes por identidad de género y sufijo			
	-azo	***-ísimo***	**total**
Mujeres	128	139	**267**
Hombres	42	37	**79**
Nobinaries	8	3	**11**
Otro	2	1	**3**
Total	**180**	**180**	**360**

TABLA 1. Distribución de los participantes por género y sufijo

3.2. Oraciones objetivo y distractores

Para el experimento se crearon 40 oraciones diferentes total, en donde 20 consistían en oraciones objetivo, y 20 en oraciones distractoras. A continuación, se describe el detalle de las oraciones objetivo y distractoras.

3.2.1. Contextos objetivo

Los contextos objetivos utilizados en el presente estudio se componen de 20 oraciones totales casi iguales, con tan solo la variante de los sufijos *-ísimo y - azo.*

Siguiendo a Vieira (2025), se crearon contextos que representaran situaciones de la vida cotidiana e informal y que suscitaran una interpretación emocional positiva. Para ello, cada contexto comenzaba con una oración que ubicaba al sujeto en una situación específica (ej.: *Tu amiga da tremendo discurso*), a la cual le seguía una oración que suscitaba una interpretación emocional positiva que diera lugar a un diálogo (ej.: *Con asombro, comentás:*). Se usaron palabras claves que habilitaban la interpretación emocional (a saber: *asombrado, emocionado, maravillado, impresionado, entusiasmado*, Vieira, 2025, pp.121-122), así como ocasionalmente ciertos intensificadores expresivos (cf. Gutzmann & Turgay, 2015). Para evitar la marcación de género gramatical, se optó por la formulación “con sorpresa”, en vez de

"sorprendido/a" en todos los contextos objetivo. Operamos bajo el entendimiento de que los morfemas apreciativos son propios del ámbito informal y que crear contextos expresivos facilitaría la lectura apreciativa de los sufijos, por lo que se buscó que los contextos lingüísticos fuesen propios de un registro más informal y propio del español rioplatense.

Se construyeron 5 oraciones en total con 5 adjetivos graduables de parámetro relativo y de escala abierta, del campo semántico de dimensión y tamaño *(alto, grande, largo, ancho y gigante*), y 5 oraciones en total con 5 nombres comunes contables con los rasgos semánticos *+animado y +humano* en femenino (*jugadora, tipa, candidata, autora y amiga*), que se usaron para ambos sufijos.

Para seleccionar los sustantivos, nos basamos en el recurso IEERP (Recurso para estudiar la Intensificación Expresiva en el Español Rioplatense) (Polakof et al., 2025), extrayendo los nombres que presentaban combinaciones con *–azo*[7], tuvieran los rasgos semánticos *+humano, +animado* y resultaran más naturales en una variedad diversa de contextos sintácticos. De este modo, la lista final de sustantivos empleados resultó la siguiente: *jugador, tipo, candidato, amigo.* Se agregó a posteriori un quinto nombre (*autor*) que siguiera las mismas directrices y rasgos, para completar los cinco nombres. Esta selección buscó asegurar que los ítems incluidos en el experimento representaran combinaciones morfológicas productivas, de uso diario, y que resultaran lo más comprensibles y naturales posible para el hablante del español rioplatense promedio[8].

En cuanto a los adjetivos, se seleccionaron cinco adjetivos graduables, de parámetro relativo con escala abierta, todos pertenecientes al campo semántico de la dimensión y el tamaño. Estos adjetivos se caracterizan por depender del contexto para su interpretación y por carecer de límites fijos en su escala de gradación (Kennedy & McNally, 2005). Es decir, no presentan un punto mínimo o máximo absoluto en sus escalas, sino que sus grados pueden extenderse indefinidamente hacia valores menores o mayores según el contexto. Se optó por usar estos adjetivos por ser especialmente susceptibles a la intensificación (Vieira, 2025).

[7] No se encontró ninguna combinación de *-ísimo* con nombres.

[8] Cada combinación fue verificada con ambos sufijos a través de búsquedas manuales en la plataforma Twitter (*X*), con el fin de observar su uso en el español rioplatense uruguayo.

3.2.2. Distractores

Se describen a continuación los contextos distractores creados para despistar al participante del objeto de estudio real y descartar participantes que no estuvieran prestando suficiente atención durante el estudio (Arunachalam, 2013).

Los dividimos en cuatro categorías, a saber: agramaticales, cambio de posición, sinónimos, e intensificadores expresivos. Los distractores agramaticales eran contextos expresivos donde las respuestas presentaban incongruencias entre la frase inicial y la respuesta, al igual que estructuras agramaticales. Los distractores con cambio de posición remitían a contextos descriptivos cuyas dos posibles respuestas eran idénticas, pero presentaban un orden sintáctico diferente. Los distractores con sinónimos eran contextos descriptivos que incluían en sus respuestas términos evaluativos de significado equivalente; y los distractores con intensificadores expresivos consistían en contextos descriptivos subjetivos con respuestas que incluían este tipo de intensificación en oraciones exclamativas.

Cada categoría contaba con 5 oraciones cada una, relativas a situaciones de la vida cotidiana e informales, que incluían las 5 palabras clave para habilitar una interpretación emocional positiva, junto con otras de similar índole. En el caso de los distractores, sin embargo, se mantuvo la formulación neutra en solo diez de ellos, y en los otros se usaron 5 en femenino y 5 en masculino para evitar sesgos. Se incluyeron algunos sufijos para ayudar a distraer a los participantes del objetivo del experimento. Se muestra, a continuación, un ejemplo de cada distractor por categoría:

Distractor agramatical

4. Estás en el parque y un amigo se manda una reflexión re profunda. Maravillada, le contestás:

a. ¡Es los comentario horrible!

b. ¡Es un comentario excelente!

Distractor con cambio de posición sintáctica

5. Vas a la piscina con tus amigos a nadar y ves el color del agua. Fascinada, comentás:

a. ¡Está azul el agua!

b. ¡El agua está azulona!

Distractor con sinónimos evaluativos

6. Vas a un museo y ves un cuadro de Picasso. Con maravilla, le comentás a tu amiga:

a. ¡El cuadro es lindo!

b. ¡El cuadro es bonito!

Distractores con intensificadores expresivos en exclamativas

7. Estás viendo una serie con tus amigos y un capítulo te re gusta. Impresionado, le comentás a tu amigo:

a. ¡Pero qué buen capítulo!

b. ¡Pero qué capitulún!

3.3. Prueba de chi cuadrado de independencia (χ^2)

Para analizar la posible asociación entre las variables categóricas consideradas se aplicó la prueba de chi cuadrado de independencia (χ^2) ejecutada en la calculadora de libre acceso *VassarStats*. Esta prueba permite evaluar si la distribución de frecuencias observadas en una tabla de contingencia difiere significativamente de la distribución esperada bajo la hipótesis de independencia estadística entre las variables (Schneider & Lauber, 2019). Es decir, si la ocurrencia de una categoría en una variable es independiente de la ocurrencia de las categorías en la otra. En este trabajo, nos permitirá establecer si la preferencia de uso o no de los sufijos depende de la identidad de género del hablante, así como si depende de la base gramatical a la que se adjunte.

Se adoptó un nivel de significación de $\alpha=0.05$, considerando como estadísticamente significativos los valores de p inferiores a dicho umbral, como suele ser usual en lingüística (Schneider & Lauber, 2019).

La prueba de χ^2 requiere el cumplimiento de ciertos supuestos básicos: las observaciones deben ser independientes; las variables analizadas deben ser categóricas; y todas las celdas deben tener frecuencias absolutas iguales o superiores a 5. Todas ellas son condiciones que nuestro trabajo cumple. No existen requerimientos sobre tener igual cantidad de casos en cada categoría (por ejemplo, misma cantidad de mujeres, hombres y personas nobinarias), puesto

que la prueba ajusta automáticamente las proporciones en función del tamaño de los grupos. Por ello, aunque existan diferencias en el número de participantes, la prueba mantiene su validez. No obstante, los grupos con frecuencias muy bajas pueden presentar estimaciones menos estables (cf. Cohen, 1988), por lo que los resultados deben interpretarse con cautela (Schneider & Lauber, 2019).

Dado que la prueba de χ^2 solo indica si hay dependencia o no (Schneider & Lauber, 2019), complementamos el análisis con el coeficiente V de Cramer, que estima la magnitud de la asociación. Así, los valores cercanos a 0.10 se interpretan como ejerciendo un efecto pequeño, 0.30 como mediano y 0.50, como grande (Cohen, 1988).

4. Resultados y Análisis de los datos

En esta sección se ofrecen los datos, resultados y análisis del experimento. Se examina la posible influencia del género y la base gramatical en la elección de uso de los sufijos (4.1-4.3); y se discuten los resultados en relación con la bibliografía revisada (4.4).

4.1. Uso de los sufijos según su base gramatical

En primer lugar, se analizó la posible asociación de dependencia entre el tipo de base gramatical (adjetivo vs. nombre) y la elección de formas con y sin sufijo (ej.: *altísimo* vs. *muy alta*) para observar si el tipo de base influía en la elección de sufijo. Para ello, se aplicó una prueba de χ^2 de independencia 2x2 para cada sufijo.

Partimos desde la hipótesis nula (H0), que establece que el sufijo se adjunta de la misma manera tanto a nombres como a adjetivos. Observaremos primero los datos correspondientes a *-ísimo* y a continuación, los relativos a *-azo*.

	Uso de -ísimo	No uso de -ísimo	Total filas
Adjetivo	558	342	**900**
Nombre	76	824	**900**
Total columnas	**634**	**1.166**	**1800**

TABLA 2. Frecuencia de uso del sufijo *-ísimo* según base gramatical

En términos descriptivos, observamos que las formas con el sufijo *-ísimo* fueron más elegidas en contextos adjetivales, con 558 registros adjetivales frente a 76 nominales. En cuanto a la prueba χ^2 de independencia, se obtuvo un χ^2(gl. 1, N= 1.800) = 563.35, una V de Cramer = 0.56 y un $p < .0001$. Dado que necesitamos un p menor a 0.05 para poder descartar nuestra H0, nuestros resultados nos permiten rechazar la H0 y concluir que el uso del sufijo *-ísimo* sí depende de la base gramatical a la que se adjunta. Asimismo, nuestra V de Cramer es mayor a 0.50, por lo que el efecto es alto, indicando una relación de dependencia fuerte entre ambas variables. Estos resultados sugieren que la productividad del sufijo *-ísimo* se concentra en el dominio de los adjetivos, con una presencia mucho menor en nombres, y que la selección o no del sufijo *-ísimo* depende significativamente del tipo de base gramatical a la que esté adjunto.

Observamos ahora los datos de *-azo*:

	Uso de -azo	No uso de -azo	Total filas
Adjetivo	180	720	**900**
Nombre	404	496	**900**
Total columnas	**584**	**1.216**	**1800**

TABLA 3. Frecuencia de uso del sufijo *-azo* según base gramatical

En este caso, *-azo* presenta más registros en contextos nominales (404) que en adjetivales (180), sugiriendo que se comporta como un morfema preferentemente nominal. A nivel estadístico, la prueba χ^2 de independencia 2x2 fue asimismo significativa, con un χ^2(gl. 1, N = 1.800) = 126.05, una V de Cramer de 0.265 y un $p < .0001$. No obstante, el efecto de asociación entre ambas variables es mediano, siendo relativamente menor que para *-ísimo*. Esto nos indica que el uso del sufijo *-azo* depende o varía menos del tipo de base gramatical al que se adjunta de lo que lo hace *-ísimo*, pero que aun así depende de ella.

En conjunto, estos resultados confirman que la elección de ambos sufijos está condicionada significativamente por la base a la que se adjunta, mostrando el sufijo *-ísimo* una preferencia por bases adjetivales, mientras que el sufijo *-azo* parece optar mayoritariamente por bases nominales. No obstante, existe cierta flexibilidad, puesto que ambos fueron seleccionados con ambas bases gramaticales, aunque con diferentes frecuencias.

4.2. Uso de los sufijos según la identidad de género del hablante

Para determinar si el uso o no uso del sufijo depende de la identidad de género del hablante, se aplicaron pruebas χ^2 de independencia 2×3 por separado para *-ísimo* y *-azo*, bajo la hipótesis la H0 de que no hay relación o influencia entre la identidad de género y el uso del sufijo. En ambos casos se excluyeron los datos correspondientes a la opción "Otro", por no cumplir con los tamaños mínimos requeridos (Schneider & Lauber, 2019) que hemos visto anteriormente, puesto que tan solo 2 personas de este grupo seleccionaron la opción para el sufijo *-azo,* y tan solo 1 para *-ísimo*.

Examinaremos primero los datos para *-ísimo,* y luego para *-azo.*

4.2.1. Uso de -ísimo según identidad de género

Presentamos a continuación los datos de frecuencia de uso del sufijo -ísimo según identidad de género, buscando determinar si existe una dependencia entre el uso del sufijo y el genero de la persona.

	Uso de -ísimo	No uso de -ísimo	Total fila
Nobinaries	6	24	**30**
Mujeres	508	882	**1390**
Hombres	109	261	**370**
Total columna	**623**	**1.167**	**1790**

TABLA 4. Frecuencia de uso del sufijo *-ísimo* según identidad de género

	Uso de -ísimo	No uso de *-ísimo*	Total fila
Nobinaries	20%	80%	100%
Mujeres	36.5%	63.5%	100%
Hombres	29.5%	70.5%	100%

TABLA 5. Porcentajes de frecuencia de uso del sufijo *-ísimo* según identidad de género

Observamos que la elección de uso del sufijo *-ísimo* varía según la identidad de género autopercibida, con una selección mayor en las mujeres (36.5%) frente al resto (h: 29.5%; nb: 20%). En cuanto a la prueba, esta nos da un χ^2 (gl.2, N = 1.790) = 9.42, una V de Cramer de 0.0725 y un p = 0.009, resultados que nos permiten rechazar la H0 y concluir que el uso del

sufijo *-ísimo* sí depende de la identidad de género del hablante. El efecto es, sin embargo, pequeño (V de Cramer menor a 0.10), por lo que se trata de una relación débil.

En conjunto, los resultados muestran una ligera tendencia de las mujeres a utilizar *-ísimo* con mayor frecuencia que los hombres y las personas nobinarias. Si bien nuestra muestra de personas nobinarias es pequeña, nuestros datos no varían de forma muy significativa al eliminar dichos datos. Si realizamos la prueba como un χ^2 de independencia 2x2 (hombre-mujer), observamos que la misma es, asimismo, significativa, con un efecto pequeño, con un χ^2= 6,14, una V de Cramer = 0.0605 y un p= 0.0132. Cabe señalar, no obstante, que los valores de p, si bien confirman la existencia de dependencia entre las variables, difieren levemente (0.009 frente a 0.013), indicando que la inclusión del grupo nobinario influye ligeramente en los valores estadísticos, sin alterar las conclusiones generales. Asimismo, el tamaño de la muestra y datos es adecuado para realizar una prueba de χ^2 normal. Por tanto, no es necesario eliminar los datos de las personas nobinarias, si bien estos influyen levemente en los resultados.

4.2.2. Uso de -azo según identidad de género

Prestaremos atención ahora a los datos y pruebas para el uso y no uso de *-azo*

	Uso de -azo	**No uso de *-azo***	Total fila
Nobinaries	43	37	**80**
Mujeres	372	908	**1280**
Hombres	160	260	**420**
Total columna	**575**	**1.205**	**1780**

TABLA 6. Frecuencia de uso del sufijo *-azo* según identidad de género

	Uso de -azo	**No uso de *-azo***	**Total fila**
Nobinaries	53.75%	46.25%	100%
Mujeres	29.1%	70,9%	100%
Hombres	38.1%	61,9%	100%

TABLA 7. Porcentajes de frecuencia de uso del sufijo -azo según identidad de género

Observamos, a nivel descriptivo, que el uso del sufijo *-azo* es más seleccionado entre las personas nobinarias (53.75%), seguidas de los hombres (38.1%), y más bajo entre las

mujeres (29.1%). Los resultados de la prueba estadística muestran una asociación significativa entre ambas variables, con un efecto pequeño: χ^2(gl.2, N = 1780) = 29.42, p < .0001, V de Cramer = 0.1286. Esta asociación significativa se mantiene aun cuando se realiza la prueba como un 2x2 entre hombres y mujeres (χ^2(gl 1, N = 1780) = 11.58, p = 0.0007, V de Cramer = 0.084), aunque el valor p y el efecto de esta dependencia son, en este caso, ligeramente inferiores. Una vez más, observamos que la inclusión del género nobinario afecta ligeramente a los valores estadísticos, pero no altera las conclusiones generales. En conjunto, esto sugiere que el uso de *-azo* también varía según el género —si bien débilmente— siendo más elegido entre personas nobinarias y, en menor medida, entre hombres. Como mencionamos anteriormente, se discutirán más a fondo estos resultados en la sección (4.4).

4.3. Diferencia de uso entre *-azo* e *-ísimo* según identidad de género

Finalmente, se analizó la relación entre la identidad de género y la elección entre *-azo* e *-ísimo*, cruzando los datos de ambas listas.

	Uso de -ísimo	Uso de *-azo*	Total fila
Nobinaries	6	43	49
Mujeres	508	372	880
Hombres	109	160	269
Total columna	623	575	1198

TABLA 8. Frecuencia de uso del sufijo *-ísimo* y *-azo* según identidad de género

	Uso de -ísimo	Uso de *-azo*	Total fila
Nobinaries	12.2%	87,8%	100%
Mujeres	57,7%	42,3%	100%
Hombres	40,5%	59.5%	100%

TABLA 9. Porcentajes de frecuencia de uso del sufijo -ísimo y -azo según identidad de género

Las personas nobinarias mostraron una clara preferencia por *-azo* (en 43 de 49 ocurrencias totales, es decir, en un 87.8% de los casos), mientras que las mujeres tendieron a seleccionar más el sufijo *-ísimo* (en 508 de 880 ocurrencias, *ie*., un 57.7%). Los hombres, en cambio, se ubicaron en una posición intermedia, en 575 ocurrencias de 1198 casos totales (*ie.*

59.5%) para *-azo,* frente a 623 ocurrencias (*ie.* 40.5%) para *-ísimo*. Observamos, sin embargo, que los hombres presentan aun así una leve tendencia a utilizar más el sufijo *-azo* que el sufijo *-ísimo*. La prueba mostró que existe una diferencia estadísticamente significativa en la distribución de uso de los sufijos *-ísimo* y *-azo* según la identidad de género ($\chi^2(1, N = 1198) = 56.79$, $p < 0.0001$), con un tamaño de efecto mediano (V de Cramer = 0.22), en donde las mujeres seleccionaron relativamente más *-ísimo*, los hombres más *-azo*, y las personas nobinarias mostraron una preferencia marcada por *-azo*.

A continuación, discutiremos más profundamente estos resultados, dialogando con la bibliografía revisada en la sección de antecedentes.

4.4. Discusión

Los resultados obtenidos descritos en las secciones anteriores permiten establecer conclusiones en dos planos principales: por un lado, en relación con el uso de los sufijos según el tipo de base gramatical, y por otro, respecto a su distribución en función del género. A continuación, se discuten los resultados en relación a estos dos planos.

4.4.1. Base gramatical

En el primer plano, los datos muestran una diferencia clara en el comportamiento de los sufijos según la categoría gramatical de la base a la que se adjuntan. Esta tendencia coincide con lo señalado por la bibliografía mencionada anteriormente (Eguren, 2001; Kornfeld, 2016, 2021, entre otros), que describe a *-ísimo* como un sufijo que opera predominantemente en el ámbito adjetival, mientras que *-azo* se combina con mayor frecuencia con sustantivos y, en menor medida, con algunos adjetivos (RAE & ASALE, 2009; Kornfeld, 2021; Pérez, 2024). En efecto, los resultados del experimento confirman este patrón: la prueba de χ^2 de independencia realizada en (4.1) mostró que la elección o no del sufijo depende significativamente de la categoría gramatical de la base. En términos descriptivos, *-ísimo* con adjetivos fue seleccionado en 558 de los 900 casos (62%), mientras que *-azo* con adjetivos fue

elegido en 180 de los 900 casos (20%), lo que refleja una clara preferencia de *-ísimo* por las bases adjetivales y de *-azo* por las bases nominales.

Sin embargo, los resultados también evidencian una diferencia respecto al uso de *-ísimo* en nombres. Aunque se ha señalado que este sufijo no puede adjuntarse a sustantivos (cf. **libroísimo*, Kornfeld, 2021; Eguren, 2001), en el experimento se registraron casos en los que los participantes seleccionaron la opción con *-ísimo* adjunta a sustantivos. Asimismo, hemos visto anteriormente ejemplos tomados de Twitter (*X*) en los que los hablantes emplean el sufijo con nombres, y recogimos algunos usos particulares que algunos autores (*i.e* Varela, 2005; RAE & ASALE, 2009) han señalado como excepcionales. Aunque los registros fueron menos que en el caso de los adjetivos (76 ocurrencias con nombres vs. 558 con adjetivos), estos resultados sugieren que al menos una parte de los hablantes no percibe estas estructuras como anómalas o agramaticales, lo que indica que la posibilidad de adjunción está activa en el español uruguayo actual. Esta evidencia empírica resulta relevante tanto para la descripción general del español como para el estudio de la variedad rioplatense uruguaya. Mayores investigaciones podrán enriquecer y reforzar estas conclusiones y ampliar nuestro conocimiento sobre la distribución de uso de los sufijos apreciativos en el español del Río de la Plata.

4.4.2. Identidad de género

En el segundo plano, los resultados observados en (4.2) muestran que existe una diferencia de preferencia de selección de uso de los sufijos *-azo* e *-ísimo* por género. Observamos, en efecto, que la elección de uso de *-ísimo* tiende a ser mayor entre las mujeres (36.5%), algo menor en los hombres (29.5%) y más reducido entre las personas nobinarias (20%). Estos datos parecen estar alineados con los estudios mencionados en (2.4), que señalan que las mujeres utilizan más ciertos morfemas apreciativos y ciertas estructuras de intensificación (Arjona, 1990; Andrews, 1999; Dabašinskienė, 2012, entre otros). Por su parte, en lo concerniente al uso de *-azo*, las personas nobinarias muestran una preferencia mayor por este sufijo apreciativo (53.75%) frente a los demás grupos (h: 38.1%, m: 29.1%). Observamos que en esta investigación las mujeres son el grupo que menos emplea este sufijo, lo que supone una divergencia frente a los estudios señalados. Resulta pertinente indagar las posibles razones que podrían subyacer a esta diferencia de uso. En este sentido, Prieto (2008, p. 161), por

ejemplo, señala que, al menos en algunos usos, *-azo* no parece presentar el rasgo "+femenino" que se ha atribuido a ciertos morfemas apreciativos, como los diminutivos, pero mayores estudios son necesarios aún. De este modo, una mayor indagación y reflexión podría contribuir a una mejor caracterización de las diferencias entre ambos morfemas.

Asimismo, en las secciones (4.2.1) y (4.2.2) hemos demostrado que las diferencias de selección de uso según la identidad de género autopercibida del hablante en relación con ambos sufijos resultan estadísticamente significativas.

Sin embargo, los valores de la V de Cramer permiten matizar estos resultados. Este índice estima la magnitud de la asociación entre variables y su relevancia práctica en la vida real, puesto que a veces puede haber una diferencia estadísticamente significativa entre dos variables, pero esto no necesariamente implica que influya en la realidad (cf. Schneider & Lauber, 2019). En el caso de *-ísimo*, por ejemplo, el valor obtenido indica una asociación débil, lo que sugiere que la identidad de género interviene en su distribución de uso, pero que no tiene un gran impacto en la percepción del uso o en el uso real del sufijo.

En el caso de *-azo*, se identificó asimismo una diferencia estadísticamente significativa con un efecto de asociación débil, aunque de mayor magnitud que el registrado para *-ísimo*. Esto sugiere que la identidad de género constituye asimismo un factor relevante en la distribución de *-azo*, en este caso con una incidencia relativamente mayor en su uso que en el de *-ísimo*.

Por último, se observó en (4.4) qué grupos de hablantes prefieren un sufijo frente al otro, comparándolos entre sí y no fijándonos solo en el uso de un sufijo vs. su no uso. El análisis comparativo entre ambos sufijos también mostró diferencias estadísticamente significativas en las preferencias de uso. En este sentido, las personas nobinarias seleccionaron más *-azo* que *-ísimo*; los hombres muestran una tendencia similar, aunque menos marcada; y las mujeres, en cambio, presentan el patrón inverso, seleccionando más *-ísimo* que *-azo*. En este caso, la V de Cramer indicó un efecto de asociación mediano, lo que señala una relación más fuerte entre identidad de género y distribución de los sufijos que la que veníamos observando hasta el momento.

En conjunto, estas diferencias sugieren que existen tendencias de uso asociadas a la identidad de género y que los mecanismos de morfología apreciativa se distribuyen de manera

diferenciada. Particularmente, nos señalan que las mujeres tienden a preferir *-ísimo* tanto ante la opción de usar o no el sufijo como frente a la elección entre *-ísimo* y *-azo*. Las personas nobinarias, en cambio, se inclinan por *-azo* ante ambas opciones, al igual que los hombres, aunque estos en menor medida. Los efectos débiles y moderados de asociación obtenidos, junto con los valores de χ^2, sugieren que, si bien existe esta distribución diferenciada, la misma no es tan sustancial o representativa a la hora de describir quienes usan y quienes no usan estos morfemas apreciativos.

5. Consideraciones finales

Este estudio nos permitió realizar un aporte al conocimiento sobre el comportamiento de los morfemas apreciativos, ofreciendo evidencia empírica con respecto a su distribución de uso en función de la base gramatical y del género autopercibido de los hablantes. En particular, hemos analizado la relación entre la variable social de la identidad de género y el uso de elementos de morfología apreciativa aumentativa en el español rioplatense uruguayo a través del análisis de dos sufijos específicos: *-ísimo* y *-azo*. Hemos detallado la metodología empleada en el cuestionario fuera de línea llevado a cabo y hemos mostrado que parece existir, en efecto, una relación -si bien débil- entre la identidad de género autopercibida y la distribución de uso de los dos morfemas apreciativos estudiados, aportando evidencia empírica que permitirá comprender mejor cómo se relaciona la morfología apreciativa con la variable social género.

Estudios más exhaustivos son necesarios para explorar la incidencia real de estas diferencias en la práctica. Sería pertinente, asimismo, cruzar los datos con otras variables sociolingüísticas (como la edad, el departamento de origen y el lugar de residencia) con otras variedades del español, así como analizar en detalle qué grupos emplean más *-ísimo* con nombres y cuáles *-azo* con adjetivos, que son las opciones menos elegidas. Estas proyecciones escapan al alcance de este trabajo, pero permitirán afinar la comprensión del papel que desempeña la morfología apreciativa en la configuración social del habla en el español uruguayo contemporáneo.

Agradecimientos

Esta investigación fue hecha en el marco del proyecto Clemente Estable «Intensificación expresiva» FCE_1_2023_1_175756, financiado por la Agencia Nacional de Investigación e Inovación (ANII). Quisiéramos agradecer a Ana Clara Polakof por su contribución indispensable para este trabajo, y al resto del equipo de investigación por el intercambio de ideas y discusiones.

Referencias bibliográficas

Andrews, E. (1999). Gender roles and perception: Russian diminutives in discourse. *En* M. Hellinger (Ed.), *Slavic gender linguistics (*pp. 85-112). John Benjamins Publishing Company.

Arjona, M. (1990). El adverbio 'muy' y otros intensificadores en el habla popular de México. *Anuario de letras*, 28, 75-96.

Arunachalam, S. (2013). Experimental methods for linguists. *Language and Linguistics Compass, 7*(4), 221–232. https://doi.org/10.1111/lnc3.12021

Cohen, J. (1988). *Statistical Power Analysis for the Behavioral Sciences (2da ed.). Routled*ge. https://doi.org/10.4324/9780203771587

Coates, J. (2015). Language and gender. En *Women, men and language: A sociolinguistic account of gender differences in language* (3era ed., pp. 1–28). Routledge.

Dabašinskienė, I. (2012). Gender differences in language acquisition: A case study of Lithuanian diminutives. *Journal of Baltic Studies, 43*(2), 177–196. https://doi.org/10.1080/01629778.2012.674795.

Dans, E. [@EvaCorpHoy]. (2020, junho, 28). *...y??? Q intriga hermano... Bo feliz cumple te quiero mucho !!! Te mando un abrazísimo*. [Post]. X. https://x.com/EvaCorpHoy/status/1277249454203158529

Eddington, D. (2017). Dialectal variation in Spanish diminutives: A performance model. *Studies in Hispanic and Lusophone Linguistics,* 10(1), 39–66. https://doi.org/10.1515/shll-2017-0002

Eguren, L. (2001). *Evaluative suffixation in Spanish and the syntax of derivational processes.* En J. Herschensohn, E. Mallén & K. Zagona (Eds.), *Features and interfaces in Romance: Essays in honor of Heles Contreras* (pp. 71–84). John Benjamins.

Fortin, A., & Rainer, F. (2022). Evaluative Suffixes. En A. Ledgeway & M. Maiden (Eds.), *The Cambridge Handbook of Romance Linguistics* (pp. 434-458). Cambridge University Press. https://doi.org/10.1017/9781108580410

Gaeta, L. (2015). Evaluative morphology and sociolinguistic variation. En *Edinburgh Handbook of Evaluative Morphology* (pp. 121-133). Edinburgh University Press. https://doi.org/10.1515/9780748681754-013

Gago [@Cgago7]. (2017, dezembro, 15). *Che alguno de ustedes inviteme a tomar un vinisimo*. [Post]. X. https://x.com/Cgago7/status/941484026547900416

García Moutón, P. (1999). *Cómo hablan las mujeres*, Arco Libros.

González López, B. (2025). *La incidencia de la identidad de género en la morfología apreciativa aumentativa en el español uruguayo* [Monografía de grado, Universidad de la República]. Recuperado de https://sites.google.com/view/ieal/recursos-y-materiales/materiales?authuser=0

Gutzmann, D., & Turgay, K. (2015). Expressive intensifiers and external degree modification. *The Journal of Comparative Germanic Linguistics*, 18(3), 185-228. https://doi.org/10.1007/s10828-014-9069-3

Kennedy, C., & McNally, L. (2005). Scale structure, degree modification, and the semantics of gradable predicates. *Language, 81*(2), 345–381 https://doi.org/10.1353/lan.2005.0071

Kornfeld, L. M. (2010). *La cuantificación de adjetivos en el español de la Argentina: Un estudio muy gramatical.* El 8vo. Loco.

Kornfeld, L., & Kuguel, I. (2013). Un afijo re loco. *En El español de la Argentina: Estudios Gramaticales* (pp.15-35). Eudeba

Kornfeld, L. M (2016). Una propuestita astutita: el diminutivo como recurso atenuador.
Revista Internacional de Lingüística Iberoamericana, 14(27), 123-136.

Kornfeld, L. M. (2021). Appreciative morphology. En A. Fábregas, V. Acedo Matellán, G. Armstrong, M. C. Cuervo, & I. Pujol Payet (Eds.), *The Routledge Handbook of Spanish Morphology* (pp. 269-284). Routledge.

Lázaro Mora, F. (1999). La derivación apreciativa. En I. Bosque y V. Demonte (Ed.),
Gramática Descriptiva de la Lengua Española (pp. 4647–4682). Espasa.

Pastor, A. (2021). *The basic inflectional structure of adjectives: degree and agreement*. En A. Fábregas, V. Acedo Matellán, G. Armstrong, M. C. Cuervo, e I. Pujol Payet (Eds.), *The Routledge Handbook of Spanish Morphology* (pp. 152-162). Routledge.

Pérez, C. (2024). El componente expresivo en los intensificadores re y propio. [Trabajo monográfico de grado inédito]. Universidad de la República.

Prieto, V. (2008). *Spanish Evaluative Morphology: Pragmatic, Sociolinguistic, and Semantic Issues*. [Tesis Doctoral, University of Florida]. https://ufdc.ufl.edu/ufe0010940/00001

Polakof, A, Márquez, J., & González, B. (2025). Recurso para estudiar la Intensificación expresiva en el español rioplatense. [en línea] Disponible en https://sites.google.com/view/ieal/recursos-y-materiales/recursoieerp?authuser=0

Real Academia Española & Asociación de Academias de la Lengua Española (RAE-ASALE). (2009). *Nueva gramática de la lengua española*. Espasa.

Schneider, G., & Lauber, M. (2019). *Statistics for Linguists: A patient, slow-paced introduction to statistics and to the programming language R*. University of Zurich.

Varela, S. (2005). *Morfología léxica: la formación de palabras*. Gredos.

Varela, S. (2012). Derivation and compounding. En J. I. Hualde, A. Olarrea y E. O'Rourke (Eds.), *The handbook of Hispanic linguistics* (pp. 209–226). Wiley-Blackwell.

Vieira, M. (2025). *A intensificação expressiva no português brasileiro: Um estudo experimental de 'bem'* [Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense]. https://gepexlab.wordpress.com/wp-content/uploads/2025/06/marcusviniciusramosvieira_tese.pdf

HAEGEMAN, L. (1994). *INTRODUCTION TO GOVERNMENT AND BINDING THEORY* (2nd ed). BLACKWELL.

Francisco Manta Rodrigues[1]
manta.frodri@gmail.com
FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO (PORTUGAL)

1.

Num contexto no qual a maioria da literatura em sintaxe generativa não é acessível ao estudante que se inicia na área, Liliane Haegeman publica, em 1994, a segunda edição de *Introduction to Government and Binding Theory*, com significativas alterações em relação à primeira edição, de 1991. Este manual pretende, ao longo das suas 700 páginas, guiar o leitor com conhecimentos básicos de linguística pelos aspetos centrais do paradigma vigente na investigação em sintaxe generativa nos anos 80 e início dos anos 90 do século XX: a Teoria da Regência e Ligação (TRL). Assim, a autora pretende fornecer ferramentas que permitam ao leitor debruçar-se sobre a literatura existente na área e compreender os pontos, à data, mais discutidos e produtivos para investigação.

O livro subdivide-se em doze capítulos, contando ainda com um capítulo introdutório. Os capítulos 1 a 10 focam-se nos aspetos centrais da TRL desenvolvidos ao longo dos anos 80. Já os capítulos 11 e 12, exclusivos da segunda edição, abordam desenvolvimentos posteriores que se revelaram de grande relevância nos anos que separam as duas edições do livro.

2.

O capítulo introdutório fornece um breve enquadramento metodológico e epistemológico dos estudos em sintaxe generativa no âmbito da TRL. Define-se gramática mental como o objeto de estudo da gramática generativa e são apresentados conceitos-chave da análise sintática, como gramaticalidade, aceitabilidade, generalização e adequação descritiva.

[1] Estudante do 3.º ano do 1.º Ciclo de Estudos em Ciências da Linguagem.

Volume 15 | N.º 1| 2026| https://ojs.letras.up.pt/index.php/elingUP/
DOI: https://doi.org/10.21747/1647-4058/eling15_1r1

Segue-se uma discussão relativa à natureza do conhecimento linguístico: introduz-se o Problema da Pobreza do Estímulo na aquisição da linguagem para sugerir a existência de uma Faculdade da Linguagem inata ao ser humano e de uma Gramática Universal (*Universal Grammar*, UG), constituída por princípios universais e parâmetros variáveis entre línguas. A partir destes conceitos, introduz-se o modelo de Princípios e Parâmetros, no qual se insere a TRL. O capítulo termina com uma demonstração da importância de adotar uma perspetiva comparativa na investigação no modelo de Princípios e Parâmetros, através de uma abordagem preliminar do parâmetro *pro-drop*, parâmetro que define a possibilidade de uma língua ter sujeitos nulos, em inglês e em italiano.

O capítulo 1 foca-se na relação entre o léxico e a estrutura da frase. Assim, introduzem-se as principais informações, fornecidas pelo léxico, que contribuem para a estrutura da frase: categorias lexicais, subcategorização, estrutura argumental e estrutura temática. A partir destes conceitos, desenvolve-se o Critério Temático, que dita uma relação de biunivocidade entre argumentos e papéis temáticos (papéis-θ) e o Princípio de Projeção, que resume a estrutura sintática à projeção da informação lexical. No entanto, a análise dos pronomes expletivos *it* e *there* do inglês sugere que o Princípio de Projeção não é suficiente para explicar a estrutura da frase. Neste sentido, apresenta-se o Princípio de Projeção Alargado, que determina que todas as frases têm de ter a posição de sujeito preenchida.

Se o capítulo 1 se dedica ao estudo da estrutura de constituintes da frase, reduzindo-a à projeção das propriedades lexicais do predicado e à obrigatoriedade do preenchimento da posição de sujeito da frase (Princípio de Projeção Alagado), o capítulo 2 incide sobre o estudo da natureza desta estrutura de constituintes, estudando a estrutura interna da frase e, em particular, do sintagma, assim como as suas propriedades. A partir de uma análise detalhada da estrutura do sintagma verbal (*verb phrase*, VP), argumenta-se a favor de uma estrutura sintagmática altamente hierarquizada, introduzindo-se as noções de projeção intermédia e de projeção máxima, complemento e especificador. Esta estrutura é replicada para as projeções das restantes categorias lexicais, sintagma nominal (*noun phrase*, NP), sintagma adjetival (*adjective phrase*, AP) e sintagma preposicional (*prepositional phrase*, PP), estabelecendo-se um paralelismo entre categorias, a partir do qual é proposta a Teoria X-Barra, inicialmente formulada por Chomsky (1970), que apresenta um modelo unificado para a estrutura

sintagmática. De seguida, o capítulo segue para a análise da estrutura da frase, propondo uma extensão da Teoria X-Barra a este nível, com as categorias funcionais: sintagma de flexão (*inflection phrase*, IP) e sintagma complementador (*complementizer phrase*, CP).

Os capítulos 1 e 2 reduzem a estrutura frásica e sintagmática à informação lexical e a um modelo de estrutura sintagmática universal, simplificando o processo de aquisição da linguagem pela criança, eliminando a necessidade de uma Componente Categorial com regras sobre a estrutura sintagmática, como era proposta nos modelos iniciais da teoria generativista (Chomsky, 1957, 1965). Abordado este tema fundamental relativo à estrutura sintática, o livro passa a abordar conceitos mais complexos e abstratos. Assim, no capítulo 3, aborda-se a Teoria do Caso, a condição de licenciamento de NPs com conteúdo fonético. Em primeiro lugar, estabelece-se o contraste entre caso morfológico e caso abstrato, este último tido como uma propriedade da UG. Segue-se uma análise detalhada dos padrões de marcação de caso estrutural em inglês: acusativo, complementos de verbos e preposições, nominativo, sujeitos de orações finitas e acusativo, e sujeitos de orações infinitivas. A partir desta discussão, formula-se o Filtro do Caso, princípio universal que exclui qualquer NP foneticamente realizado que não tenha caso. Segue-se uma análise da atribuição de caso a complementos de NPs e APs deverbais, a propósito dos quais se apresenta o mecanismo de *Of-insertion*, que dita a inserção de uma preposição atribuidora de caso em NPs e APs, de maneira a resolver a falta de atribuição casual ao complemento pelo seu núcleo nominal ou adjetival. Discute-se ainda a noção de caso inerente e a condição de adjacência para a atribuição de caso. Por fim, introduzem-se as noções de visibilidade e de cadeia, reformulando-se o Critério Temático à luz destes conceitos. Unifica-se assim a Teoria Temática e o Filtro do Caso num único princípio.

O capítulo 4 foca-se na Teoria da Ligação, que organiza a distribuição e interpretação de NPs. Começa-se por fazer uma descrição da distribuição de NPs reflexivos, a partir dos quais se apresentam os conceitos de antecedente, ligação, coindexação, c-comando e localidade. Uma parte significativa do capítulo consiste na argumentação que leva à definição de domínio local para a ligação de NPs, o qual vai sendo consecutivamente refinado através da análise de dados do inglês, seguindo a linha de argumentação de Chomsky (1981, 1986b). Abordam-se os conceitos de sujeito e SUJEITO grande (NP sujeito ou flexão verbal finita), SUJEITO acessível (a coindexação dos dois NPs não viola nenhum princípio gramatical, como o *i-within-i filter*,

que bloqueia a circularidade na referência dos NPs) e Complexo Funcional Completo (domínio que contém um núcleo e todas as funções gramaticais com ele compatíveis), conceitos essenciais para a formação de uma Categoria de Regência (*Governing Category*, GC), que delimita o domínio local para a ligação de um NP. A partir do conceito de GC, formulam-se os três princípios da Teoria da Ligação: segundo o princípio A, uma anáfora é ligada na sua GC, o princípio B dita que um pronome é livre na sua GC e o princípio C indica que uma expressão referencial (expressão-R) é livre em qualquer domínio.

Os capítulos 3 e 4 focam-se na distribuição de NPs com conteúdo fonético. O capítulo 5 é o primeiro a dedicar-se ao estudo de categorias vazias, i.e., NPs sem conteúdo fonético, incidindo sobre a categoria *PRO*, categoria foneticamente vazia que desempenha a função de sujeito de orações infinitivas, e a Teoria do Controlo. A análise de orações infinitivas sem sujeito à luz do Critério Temático e do Princípio de Projeção Alargado levanta problemas: a posição de sujeito não é preenchida e o argumento externo do verbo não é saturado. Assim, é proposto que, na verdade, existe um sujeito nessas orações, foneticamente vazio, mas sintaticamente ativo, *PRO*. De seguida, discutem-se detalhadamente as condições de distribuição e de interpretação de *PRO*, i.e., a Teoria do Controlo, chegando-se à conclusão de que só ocorre em posições que não são regidas: trata-se da condição de licenciamento de *PRO* e é conhecida como o Teorema de *PRO*. O resto do capítulo apresenta mais dados acerca da distribuição de *PRO* e de construções de controlo, destacando fenómenos de controlo obrigatório e opcional, de controlo de sujeito e de objeto.

O capítulo 6 introduz, pela primeira vez, de maneira sistemática o movimento em sintaxe. Para tal, postula-se a existência de dois níveis de representação sintática: a *D(eep)-structure*, representante das relações temáticas da frase, e a *S(urface)-Structure*, que diz respeito à ordem dos constituintes à superfície, como é produzida. Propõe-se a existência de três tipos de movimento: movimento de núcleo, movimento de NP e movimento *wh*, reduzidos à operação geral *move-α*, que dita o movimento de qualquer constituinte, sem nenhuma restrição *a priori*. Este capítulo trata o movimento de NP de forma aprofundada, em particular no caso das construções passivas e de elevação de sujeito, introduzindo-se uma nova categoria vazia, o vestígio de NP, cuja existência se deve, à semelhança de *PRO*, ao Critério Temático e ao Princípio de Projeção Alargado. Uma secção deste capítulo é dedicada à Generalização de

Burzio (Burzio, 1986), resultado da análise de verbos inacusativos em italiano, que dita que um verbo que não atribua função-θ externa não atribui caso acusativo. O capítulo segue com uma discussão acerca da implicação dos níveis de representação nos princípios da gramática discutidos nos capítulos anteriores. A propósito dos vestígios de NP, propõe-se que estes apresentem uma distribuição similar à das anáforas, sendo sujeitos ao princípio A da Teoria da Ligação. O capítulo termina com uma breve exposição da hipótese de que o sujeito é gerado na posição interna a VP, com base no comportamento de quantificadores flutuantes no francês, hipótese baseada em Sportiche (1988).

O capítulo 7 continua a discussão acerca de movimento do capítulo anterior, com enfoque agora no movimento *wh*. Apresentam-se, em primeiro lugar, as propriedades de constituintes *wh* e, através da comparação entre movimento de NP e movimento *wh*, distingue-se movimento-A de movimento-A', cadeias-A de cadeias-A' e ligação-A de ligação-A'. De seguida, são discutidas as propriedades dos vestígios *wh*. Após uma discussão acerca do movimento *wh* de sujeitos, introduz-se o filtro *that-trace*, inicialmente proposto por Chomsky e Lasnik (1977), que será fundamental em capítulos posteriores. Segue-se uma introdução à Teoria das Fronteiras, responsável por aplicar restrições ao movimento *wh*. Introduz-se a noção de ilha sintática, descrita pela primeira vez por Ross (1967), que diz respeito a um domínio sintático do qual não é possível extrair um constituinte. Estes fenómenos são unificados no Princípio da Subjacência, que indica que um constituinte movido não pode atravessar mais do que um nó-fronteira (para o inglês, IP e NP). A partir deste princípio, conclui-se que, em casos de movimento longo, se dá, na verdade, uma série de movimentos curtos cíclicos. Esta noção, designada sucessividade cíclica, é também abordada no capítulo 6 a propósito de movimento de NP longo. Note-se que o Princípio da Subjacência e a sucessividade cíclica restringem a natureza do movimento *wh*, o que simplifica a aquisição da linguagem. Por fim, discute-se o comportamento de vestígios *wh* em relação à Teoria da Ligação, concluindo-se que são similares às expressões-R, logo, sujeitos ao princípio C.

O capítulo 8 fornece um estudo mais aprofundado das categorias vazias da gramática. O capítulo inicia com uma retoma das propriedades das categorias até ao momento postuladas, abordando-se, de seguida, as suas condições de licenciamento formal e de atribuição de referência (identificação). Quanto a *PRO*, cuja informação já foi apresentada no capítulo 5: é

licenciado pelo Teorema de *PRO* e a sua interpretação é explicada pela Teoria do Controlo. Quanto aos vestígios, tanto de NP como *wh*, a sua condição de licenciamento é o Princípio da Categoria Vazia (*Empty Category Principle*, ECP), que indica que os vestígios têm de ser propriamente regidos (*proper government*), i.e., θ-regidos ou regidos por um antecedente. Esta conclusão deve-se à análise dos efeitos do filtro *that-trace*, assimétrico em relação ao movimento de sujeitos e de objetos, assimetria que é, assim, explicada pelo ECP. De seguida, o capítulo atenta na última categoria vazia ainda não abordada: *pro*, o sujeito nulo de orações finitas. A sua postulação baseia-se na análise de sujeitos nulos em italiano, língua que requer um elemento vazio na posição de sujeito de orações finitas, de maneira a respeitar o Princípio de Projeção Alargado e o Critério Temático. Após nova discussão sobre o parâmetro *pro-drop*, indica-se que, nas línguas que fixam este parâmetro com o valor positivo, o licenciamento de *pro* se dá por regência nuclear e a sua referência é recuperada por concordância com o regente. A propósito de *pro*, discute-se ainda a natureza de objetos nulos em italiano. Segue-se uma discussão de outras categorias vazias, nomeadamente operadores vazios que funcionam como antecedentes vazios em orações relativas, *OP*, e discute-se ainda o fenómeno de *parasitic gaps*, elementos nulos que dependem referencialmente de outros elementos nulos.

No capítulo 9, é feita uma apresentação da Forma Lógica (*Logical Form*, LF), o nível de representação responsável pela interpretação das frases. As primeiras secções deste capítulo são dedicadas à justificação da existência deste nível em sintaxe. Propõe-se que as propriedades de escopo de quantificadores implicam movimento para uma posição superior num nível abstrato, LF, num fenómeno denominado *quantifier raising*, que deixa na posição de origem um vestígio, ao qual se chama variável. Uma comparação das propriedades lógicas de frases interrogativas com frases quantificadas leva à conclusão de que também o movimento *wh* move um constituinte para uma posição de escopo, só que neste caso o fenómeno ocorre num nível inferior, *S-Structure*. Assim, LF permite explicar contrastes de gramaticalidade entre frases interrogativas múltiplas à luz do ECP, através das relações de escopo que estabelecem entre si os diferentes operadores. É discutida, mais uma vez, a relação do efeito *that-trace* com o ECP, na medida em que a LF permite também compreender a assimetria deste efeito no movimento de sujeitos e de adjuntos. Segue-se uma discussão acerca de fenómenos de reconstrução, nos quais um constituinte movido anteriormente é novamente movido para uma posição inferior.

Estes fenómenos ocorrem em LF e ajudam a explicar alguns problemas relacionados com a Teoria da Ligação. O capítulo termina com a apresentação do Princípio da Interpretação Plena, que dita que LF só deverá conter elementos que contribuam para esse nível, na medida em que contribuem para a interpretação semântica da frase.

Neste momento do manual, várias definições de regência foram já apresentadas e sucessivamente refinadas de maneira a cobrir os fenómenos abordados. O capítulo 10 dedica-se a refinar a noção de barreira, nos termos de Chomsky (1986a). Começa-se por uma retoma de diversos contextos de regência, nomeadamente domínios de *proper government* e de atribuição de caso, concluindo-se que projeções máximas, ao contrário do afirmado até ao momento, não são necessariamente barreiras e que, na verdade, barreiras não são um conceito absoluto. Assim, a noção de barreira é reformulada em termos do conceito de L-marcação: um constituinte é uma barreira se não for L-marcado, i.e., se não for θ-regido por uma categoria lexical. De seguida, analisam-se vários casos de movimento, incluindo ilhas e violações do ECP, resumindo-se tanto o Princípio da Subjacência como violações de ECP e o atravessamento de barreiras, discutindo-se, inclusive, graus de gramaticalidade mediante o número de barreiras atravessadas. Por fim, discute-se a aplicação do ECP a cadeias-A à luz desta abordagem de barreiras.

O capítulo 11 é o primeiro capítulo que aborda desenvolvimentos posteriores da TRL, num período pré-minimalista, abordando questões associadas a movimento de núcleos e a projeções funcionais. Começa-se por analisar algumas propriedades do movimento de núcleo em inglês e em francês em contextos de negação e apresenta-se a *Split-INFL Hypothesis* de Pollock (1989), que propõe que o IP se desdobre em duas projeções funcionais: sintagma de tempo (*tense phrase*, TP) e sintagma de concordância (*agreement phrase*, AgrP). Introduz-se, ainda, a projeção de negação (*negation phrase*, NegP), a propósito de alguns aspetos da sintaxe da negação. De seguida, aplica-se o ECP ao movimento de núcleos. Acrescenta-se igualmente a Hipótese do DP, de Abney (1987), que propõe que o NP seja dominado por uma projeção funcional, o DP. A partir da análise destas várias projeções funcionais, apresentam-se as projeções estendidas, respeitantes à projeção de propriedades gramaticais das projeções lexicais de base. Por fim, retorna-se à discussão acerca do movimento de núcleos, em particular do movimento de verbo, à luz do Programa Minimalista, à data ainda num estado preliminar de

desenvolvimento: introduzem-se conceitos como o Princípio de Economia, verificação de traços e traços "fortes".

O capítulo 12 foca-se no conceito de minimalidade, em particular no enquadramento de *Relativized Minimality* de Rizzi (1990). A minimalidade está estreitamente relacionada com o conceito de localidade, na medida em que reduz a regência a uma relação local: o elemento mais próximo do constituinte regido é o regente efetivo, bloqueando regência por outros potenciais regentes. Na teoria até agora discutida, um núcleo podia bloquear regência por um constituinte em posição A'. No entanto, na proposta de Rizzi (1990), núcleos bloqueiam somente regência nuclear e constituintes A e A' bloqueiam apenas regência por outros constituintes A e A', respetivamente. A argumentação a favor desta visão para a minimalidade dá-se através da discussão de dados de movimento de núcleo, de movimento-A e de movimento-A', assim como de intervenção por operadores de negação e de "complementos não referenciais" (e.g., complementos de medida e de expressões idiomáticas). Esta análise levanta problemas para o ECP. Assim, o capítulo segue com uma revisão deste princípio, de maneira a cobrir os efeitos de *Relativized Minimality*: propõe-se que a condição de licenciamento de um vestígio é a sua regência por um núcleo, a nova versão do ECP, e que a sua identificação, dependendo do tipo de constituinte, se dá, ou por ligação, ou por regência por um antecedente.

3.

De um ponto de vista didático, este manual apresenta uma grande vantagem: aborda apenas uma perspetiva, geralmente a mais influente e atualizada, à data, para cada problema ou fenómeno estudado. Nesse sentido, permite ao leitor, tal como a autora se propõe a fazer, familiarizar-se com os aspetos centrais da TRL sem ter de se confrontar com uma quantidade excessiva de referências e de posicionamentos diferentes. Um bom exemplo desta simplificação é a abordagem ao conceito de domínio de ligação. No capítulo 4, dedicado à Teoria da Ligação, apresenta-se apenas a visão mais atualizada, à data, de um domínio de ligação unificado (a Categoria de Regência, definida em termos de Complexo Funcional Completo, segundo Chomsky (1981, 1986b)), não apresentando versões anteriores da teoria, que estudam os chamados domínios opacos, segundo condições como a Condição da Oração Temporalizada e a Condição do Sujeito Especificado (Chomsky, 1973) ou ainda a Condição da Ilha Nominativa

(Chomsky, 1980). Adotando esta abordagem, este manual distancia-se de outros, por exemplo, de Raposo (1998), que também apresenta fases anteriores da teoria, tornando-se um manual mais denso para leitores com pouco ou nenhum conhecimento de sintaxe. Neste sentido, todas as referências apresentadas no texto limitam-se às essenciais para contextualizar a argumentação em curso em cada momento e todas as sugestões de leitura mais aprofundadas e relativas a problemas deixados por resolver na discussão do texto são encaminhadas para nota de rodapé, sempre de maneira criteriosa, não ficando assim o livro sobrecarregado de referências, que prejudicam a orientação do leitor por um tema tão complexo. Relativamente às referências indicadas em nota de rodapé, note-se ainda que a autora indica os conhecimentos requeridos para a sua leitura, indicando o nível que o leitor deverá alcançar para poder dedicar-se à leitura de cada referência.

Outra vantagem significativa do livro é o facto de conter sínteses frequentes ao longo dos capítulos, que fornecem ao leitor vários pontos de ancoragem à leitura, apresentando raciocínios que, para além de abstratos, tendem a ser extensos. Estas sínteses culminam sempre numa síntese geral no final de cada capítulo. A consolidação dos assuntos tratados é também permitida por um conjunto de exercícios no final de cada capítulo. Estes permitem ao leitor aplicar os conhecimentos adquiridos ao longo de cada capítulo, para além de apresentarem outros problemas e discussões relacionados que não são abordados na obra. Neste sentido, o leitor tem a oportunidade de desenvolver o seu raciocínio sintático com dados novos e de outras línguas que não o inglês, maioritariamente usado na exposição, e descobrir alguns problemas, ainda em aberto, estimulando assim a investigação científica, fornecendo referências para leituras sobre os problemas apresentados. Para além disso, muitos exercícios abordam problemas tratados em capítulos posteriores, permitindo ao leitor refletir preliminarmente sobre alguns temas também fundamentais na TRL, compreendendo a natureza integradora da teoria, na qual todos os módulos se relacionam e afetam uns aos outros.

4.

Uma crítica que pode ser apontada ao livro é o facto de não apresentar uma introdução histórica da investigação em gramática generativa. Apesar de a autora indicar no início do

capítulo introdutório que o seu objetivo com esse capítulo não é fornecer um panorama histórico da área, faz falta a abordagem dessa componente numa perspetivação epistemológica robusta, que permita ao leitor compreender melhor a motivação por detrás da formulação de uma teoria como a TRL. Assim, sente-se a falta de uma referência, mesmo que breve, à Teoria Standard (Chomsky, 1965) e à Teoria Standard Alargada (Chomsky, 1973), assim como aos seus objetivos gerais.

Apontamos também que a afirmação da importância da diversidade linguística para a teoria gramatical, feita pela autora no início do livro, não se reflete em grande parte dos dados apresentados no manual. Assim, apesar de a autora afirmar que "data from a dialect spoken by only a couple of hundred people are just as important as data from a language spoken by millions of people" (Haegeman, 1994, p. 18), a maior parte da argumentação dá-se com base em dados de línguas indo-europeias bastante difundidas (inglês, italiano, francês, alemão, português, polaco, búlgaro, flamengo) e de outras línguas também bastante difundidas (chinês, japonês, hebraico, turco, húngaro). De maneira geral, o manual é consistente nos seus objetivos e nos conceitos epistemológicos que introduz, por exemplo, ao não perder de vista o problema da aquisição da linguagem, o qual é constantemente relembrado e aplicado a cada princípio geral formulado. No entanto, no que diz respeito ao contributo de dados de línguas ameaçadas e minorizadas para a teoria linguística, o manual não apresenta grande variedade de dados.

5.

Considerados todos os fatores acima descritos e apesar das críticas apontadas na secção 4, consideramos que *Introduction to Government and Binding Theory*, de Liliane Haegeman, constitui uma leitura essencial para qualquer estudante que queira iniciar o seu percurso na sintaxe generativa. Apesar de datar de 1994, pelo que não cobre a investigação realizada na área nas últimas três décadas, por exemplo no âmbito do Programa Minimalista, acreditamos que continua a ser um manual relevante, pois é essencial ter uma base na TRL para iniciar o estudo de enquadramentos mais atuais, que evoluíram na sua maioria a partir deste quadro teórico. Assim, apesar de desatualizado face à investigação atual, o manual permite uma boa e acessível introdução a uma área que conta já com sete décadas de história e de investigação.

Referências bibliográficas

Abney, S. P. (1987). *The English noun phrase in its sentential aspect* [Ph.D. Dissertation]. Massachusetts Institute of Technology.

Burzio, L. (1986). *Italian Syntax*. Reidel.

Chomsky, N. (1957). *Syntactic structures*. Mouton.

Chomsky, N. (1965). *Aspects of the Theory of Syntax*. MIT Press.

Chomsky, N. (1970). Remarks on nominalization. In R. A. Jacobs & P. S. Rosenbaum (Eds.), *Readings in English transformational grammar* (pp. 184–221). Ginn.

Chomsky, N. (1973). Conditions on transformations. In S. R. Anderson & P. Kiparsky (Eds.), *A festschrift for Morris Halle* (pp. 232–286). Holt, Rinehart and Winston.

Chomsky, N. (1980). On Binding. *Linguistic Inquiry*, *11*(1), 1–46.

Chomsky, N. (1981). *Lectures on Government and Binding: The Pisa Lectures*. Foris.

Chomsky, N. (1986a). *Barriers*. The MIT Press.

Chomsky, N. (1986b). *Knowledge of language: Its nature, origin, and use*. Praeger.

Chomsky, N., & Lasnik, H. (1977). Filters and Control. *Linguistic Inquiry*, *8*(3), 425–504.

Haegeman, L. (1994). *Introduction to Government and Binding Theory* (2nd ed). Blackwell.

Pollock, J.-Y. (1989). Verb Movement, Universal Grammar, and the Structure of IP. *Linguistic Inquiry*, *20*(3), 365–424.

Raposo, E. P. (1998). *Teoria da gramática: A faculdade da linguagem* (2. ed). Caminho.

Rizzi, L. (1990). *Relativized minimality*. MIT Press.

Ross, J. R. (1967). *Constraints on variables in syntax* [Ph.D. Dissertation, Massachusetts Institute of Technology]. https://dspace.mit.edu/entities/publication/1d25db79-82d4-4e86-9b55-e1905b4865b7

Sportiche, D. (1988). A Theory of Floating Quantifiers and Its Corollaries for Constituent Structure. *Linguistic Inquiry*, *19*(3), 425–449.